



Ministério da Educação  
Instituto Federal do Espírito Santo  
Reitoria

# CONCURSO PÚBLICO

Edital nº 01/2024

## Caderno de Provas

### História

#### Instruções

1. Aguarde autorização para abrir o caderno de provas.
2. Após a autorização para o início da prova, confira-a, com a máxima atenção, observando se há algum defeito (de encadernação ou de impressão) que possa dificultar a sua compreensão.
3. A prova terá duração máxima de 4 (quatro) horas, não podendo o candidato retirar-se com a prova antes que transcorram 3 (três) horas do seu início.
4. A prova é composta de **50 questões objetivas**.
5. As respostas às questões objetivas deverão ser assinaladas no Cartão Resposta a ser entregue ao candidato. Lembre-se de que para cada questão objetiva há **APENAS UMA** resposta.
6. A prova deverá ser feita, **OBRIGATORIAMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul escuro ou preta).
7. A interpretação dos enunciados faz parte da aferição de conhecimentos. **NÃO** cabem, portanto, esclarecimentos.
8. O candidato deverá devolver ao Fiscal o Cartão Resposta, ao término de sua prova.



# PORTUGUÊS

## TEXTO 1:

### **A língua que falamos determina como pensamos: americano que cresceu com indígenas na Amazônia explica relação.**

Daniel Gallas

Da BBC News Brasil em Londres

22 junho 2024

Todos nós humanos vivemos no mesmo mundo e temos experiências semelhantes. Por isso, todas as línguas faladas no planeta possuem as mesmas categorias básicas para expressar ideias e objetos – refletindo essa experiência humana comum.

Essa noção foi defendida por anos por diversos linguistas, mas para o linguista americano Caleb Everett, quando analisamos os idiomas mais de perto, descobrimos que muitos conceitos básicos não são universais e que falantes de línguas diferentes veem e pensam o mundo de forma diferente.

Em um novo livro, baseado em muitas línguas que ele pesquisou na Amazônia brasileira, Everett mostra que muitas culturas não pensam da mesma forma o tempo, o espaço ou os números. Algumas línguas têm muitas palavras para descrever um conceito como tempo. Outras, como a Tupi Kawahib, sequer tem uma definição de tempo.

Talvez poucas pessoas estejam mais aptas a pensar sobre esse problema do que Everett. Nascido nos Estados Unidos, ele teve uma infância incomum nos anos 1980, dividindo seu tempo entre seu país natal, escolas públicas em São Paulo e Porto Velho, e aldeias indígenas no interior da Amazônia, em Rondônia.

Caleb é filho do americano Daniel Everett, que veio ao Brasil nos anos 1970 como missionário cristão com o propósito de traduzir a Bíblia para o idioma pirahã – uma língua falada hoje por cerca de 300 indígenas brasileiros. Daniel veio para ajudar a converter os indígenas, mas acabou ele próprio convertido: abandonou a religião e passou a se dedicar ao estudo do pirahã, com um doutorado em linguística na Unicamp.

Desde cedo, Caleb acompanhou o pai e a mãe (que também era missionária) em missões na Amazônia brasileira. Chegou a viver entre os indígenas, passando parte da infância pescando e brincando com eles na floresta.

De volta aos EUA, se formou e foi trabalhar no mercado financeiro. Mas uma questão sempre o perturbou: interessado em psicologia, ele lia em revistas científicas que diziam que a forma que os humanos aprendem e entendem os números é universal. “Nem todos os humanos

pensam assim. Eu tenho o grande privilégio de conhecer alguns dos povos indígenas do Brasil que não pensam assim”, diz Everett.

Cada vez mais interessado em pesquisar sobre os indígenas que conheceu na sua infância, ele resolveu dar uma guinada na sua vida. Abandonou o mundo financeiro, fez doutorado e voltou para Rondônia, onde foi investigar as línguas amazônicas.

Da pesquisa, saiu seu primeiro livro, de 2017, *Numbers and the Making of Us: Counting and the Course of Human Cultures (Os números e a nossa formação: a contagem e o curso das culturas humanas*, em tradução livre). No livro, Caleb Everett defende que os números são um conceito que não é natural ou inato ao ser humano – e varia imensamente de acordo com cada cultura e idioma, ao ponto que é impossível dizer que existe uma forma universal e “natural” para os humanos aprenderem quantidades.

Mas, segundo Everett, nem todas as línguas refletem o mundo dessa forma. Há línguas no mundo – como a pirahã, que ele aprendeu na infância – que sequer têm números precisos. Algumas línguas possuem apenas dois tempos verbais (o futuro e o não-futuro); outras possuem sete.

Essas discrepâncias são muito maiores do que apenas diferenças culturais, argumenta Caleb. Elas determinam de forma profunda como cada ser humano percebe e pensa o mundo. A diferença é que para um povo, algumas noções de tempo podem ser não só irrelevantes – como quase incompreensíveis. Já outros povos podem ter uma compreensão mais sofisticada de tempo do que outros.

Para entender isso, linguistas como Caleb estão se debruçando sobre muitas línguas que não eram devidamente estudadas no passado – sobretudo na Amazônia. A tecnologia e a facilidade de se viajar no mundo atual acelerou o trabalho dos linguistas. Mas eles correm contra o tempo, já que a modernidade está “matando” línguas em um ritmo mais acelerado, com povos indígenas tendo cada vez mais dificuldade de se sustentarem sem o aprendizado de outros idiomas.

O estudo das línguas amazônicas também está desafiando noções antigas de intelectuais sobre como os humanos falam. Esse debate traz à tona uma famosa disputa que existe no mundo acadêmico entre seu pai, Daniel, e o linguista americano Noam Chomsky, em torno da língua pirahã, de Rondônia, justamente a que Caleb aprendeu ainda quando criança. Chomsky é famoso por propor o conceito de “gramática universal” – a ideia de que todas as línguas humanas possuem uma estrutura comum, independente de onde essas línguas se desenvolvem.

Mas Daniel Everett afirma que a língua pirahã desmente a tese de Chomsky. Em pirahã, não existiria a recursividade – algo que Chomsky diz ser inerente a todas as línguas e, portanto, universal. Recursividade é quando se insere uma frase dentro de outra, como em: “O policial que prendeu o bandido que roubou uma casa está na delegacia”. Esse é um dos debates mais acalorados no mundo da linguística. Chomsky chegou a chamar Daniel Everett de charlatão e

sugeriu que sua pesquisa sobre os pirahã era falsificada – já que por anos Daniel foi o único acadêmico a falar a língua.

Em entrevista para a BBC News Brasil, Caleb disse acreditar que este debate está ficando no passado, com os avanços tecnológicos que estão acontecendo no mundo da linguística. No mundo de hoje, são faladas mais de 7 mil línguas – e graças a avanços como ciência de dados e aprendizado de máquina, linguistas estão conseguindo expandir sua compreensão desses idiomas em uma velocidade inédita.

fonte: [https://www.bbc.com/portuguese/articles/cgll3m2m0r7o?utm\\_campaign=feed&utm\\_medium=referral&utm\\_source=later-linkinbio](https://www.bbc.com/portuguese/articles/cgll3m2m0r7o?utm_campaign=feed&utm_medium=referral&utm_source=later-linkinbio)

**01.** Marque a única resposta **CORRETA**, de acordo com o texto:

- a) Caleb Everett se formou em economia e em psicologia, o que o ajudou no mercado financeiro.
- b) Todas as línguas faladas no planeta possuem as mesmas categorias básicas para expressar ideias e objetos – refletindo essa experiência humana comum – é uma ideia aceita unanimemente pelos linguistas.
- c) A língua pirahã tem dois tempos verbais (o futuro e o não-futuro) e não apresenta noções claras de quantidade.
- d) Caleb Everett confrontou resultados científicos sobre aprendizagem com sua própria experiência, o que o impeliu a realizar suas próprias pesquisas sobre o tema.
- e) Daniel Everett abandonou sua própria religião e se converteu à religião dos indígenas.

## TEXTO 2

### Por que brasileiros não são considerados latinos nos EUA.

Thais Carrança

Da BBC News Brasil em São Paulo

[@tcarran](#)

7 maio 2023

Em 2020, ao menos 416 mil brasileiros vivendo nos Estados Unidos se identificaram como "hispanicos ou latinos" na ACS (American Community Survey), maior pesquisa domiciliar americana. O número chamou a atenção porque, em 2019, apenas 14 mil brasileiros haviam sido classificados dessa forma. Em 2021, foram 16 mil. O salto registrado em 2020 foi fruto de um erro no processamento da ACS pelo Departamento do Censo dos Estados Unidos. O

equivoco trouxe à luz uma desconexão entre a classificação oficial americana e a identidade dos brasileiros.

Oficialmente, brasileiros não são considerados "hispânicos ou latinos" nos Estados Unidos. A origem disso está numa lei aprovada em 1976 pelo Congresso Americano, que determinou a coleta de dados no país sobre um grupo étnico específico: "americanos de origem ou descendência espanhola".

Essa legislação classificava esse grupo da seguinte maneira: "Americanos que se identificam como sendo de língua espanhola e traçam sua origem ou descendência no México, Porto Rico, Cuba, América Central e do Sul e outros países de língua espanhola." Dessa forma, estavam incluídos na classificação 20 países falantes de espanhol na América Latina, mas não o Brasil, falante de português, ou outros países latinos, mas não hispânicos.

Em 1977, o Escritório de Administração e Orçamento dos EUA publicou então os padrões para a coleta de dados étnicos e raciais no país com cinco classificações: indígena americano ou nativo do Alasca; asiático ou ilhéu do Pacífico; negro; hispânico; ou branco.

Pela definição de 1977, "hispânico" era considerado uma etnia, não uma raça — a raça dizia respeito a características físicas, herdadas entre gerações; enquanto a etnia dizia mais respeito à identidade cultural e linguística, nessa classificação. Assim, na coleta de dados americana, os hispânicos podem ser de qualquer raça. Vinte anos depois, no entanto, essa classificação foi revisada. E, em 1997, a categoria "hispânico" mudou para "hispânico ou latino".

À época, o Escritório de Administração e Orçamento dos EUA justificou a mudança dizendo que o uso dos termos tinha variações regionais, com "hispânico" sendo mais usado no Leste do país e "latino" mais no Oeste. "Essa mudança pode contribuir para melhores taxas de resposta", argumentava o departamento americano.

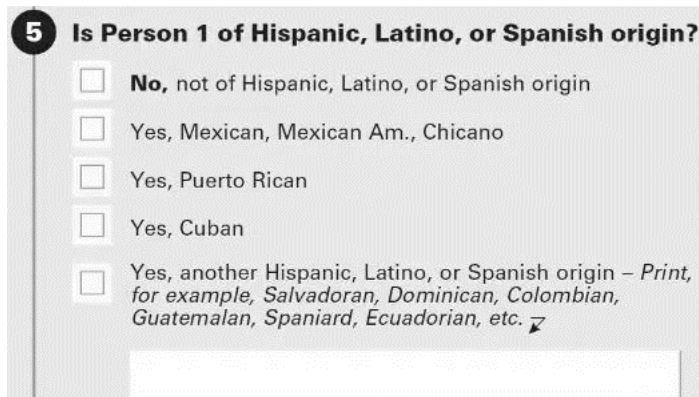
Aí criou-se a confusão para a classificação dos brasileiros.

Porque, embora para o governo americano, a classificação "hispânico ou latino" diga respeito somente às pessoas de "cultura ou origem espanhola", para nós, o termo "latino" remete ao fato de sermos latino-americanos e falarmos uma língua latina, o português.

Nos censos de 1980 e 1990 nos EUA, valia a autodeclaração. Então, em 1980, 18% dos brasileiros vivendo nos EUA foram contabilizados como hispânicos. Em 1990, foram 33%. Mas, a partir de 2000, o Departamento do Censo dos EUA passou a fazer uma recategorização posterior. Assim, quem dizia ser "hispânico ou latino", mas, ao mesmo tempo, informava ser brasileiro, era então reclassificado como "não hispânico ou latino".

O mesmo acontecia com pessoas de outros países não falantes de espanhol, que porventura se declarassem latinos, como filipinos, portugueses e nativos de outros países centro-americanos e caribenhos não-hispânicos, como Belize, Haiti, Jamaica, Guiana, entre outros.

Desde 2006, além do Censo decenal, os EUA passaram a contar também com a American Community Survey (ACS), uma contagem populacional anual. Com esse esquema de reclassificação em vigor, a parcela de brasileiros quantificados como "hispânicos ou latinos" caiu para 4% ou menos em quase todas as edições da ACS. Esse percentual residual de brasileiros contados como "hispânicos ou latinos", mesmo nos anos em que a reclassificação funcionou adequadamente, se explica porque, quando a pessoa responde ser hispânica "de outra origem", mas não preenche essa origem, o Departamento do Censo não faz a reclassificação.



**5 Is Person 1 of Hispanic, Latino, or Spanish origin?**

- No, not of Hispanic, Latino, or Spanish origin
- Yes, Mexican, Mexican Am., Chicano
- Yes, Puerto Rican
- Yes, Cuban
- Yes, another Hispanic, Latino, or Spanish origin – *Print, for example, Salvadoran, Dominican, Colombian, Guatemalan, Spaniard, Ecuadorian, etc.* ↗

Trecho do formulário de pesquisa americano com a pergunta sobre origem hispânica ou latina — se a pessoa diz ser hispânica "de outra origem", mas não especifica a origem, a reclassificação posterior não é realizada.

Tradução da imagem:

A Pessoa é de origem Hispânica, Latina ou Espanhola?

[ ] Não, não é de origem Hispânica, Latina ou Espanhola

[ ] Sim, Mexicana, Mexicana Am., Chicano

[ ] Sim, Porto-riquenha

[ ] Sim, Cubana

[ ] Sim, de outra origem Hispânica, Latina ou Espanhola – escreva, por exemplo, Salvadorenho, Dominicano, Colombiano, Guatemalteco, Espanhola, Equatoriana, etc.

O Pew Research Center consegue identificar que são brasileiros olhando para dados de país de nascimento e ancestralidade, em outra parte do formulário da ACS, o que não é considerado pela autoridade censitária americana no processo de reclassificação.

Mas por que dizemos que o percentual de brasileiros classificados como "hispanicos ou latinos" caiu para 4% ou menos em "quase" todas as edições da ACS? Porque, em 2020, foi diferente.

Durante o processo de edição dos dados da ACS de 2020, o Departamento do Censo dos EUA cometeu um erro e deixou brasileiros e outros grupos sem esse processo de reclassificação.

Com isso, o número de brasileiros que se identificaram como "hispânicos ou latinos" saltou de 14 mil em 2019, para 416 mil em 2020.

Entre os filipinos, o número passou de 44 mil para 67 mil; entre belizenhos, de 4 mil para 19 mil; e entre pessoas de países caribenhos não-hispânicos, de 36 mil para 71 mil. Mesmo o fenômeno afetando outros grupos, o caso dos brasileiros se destaca, pois 70% da comunidade brasileira nos EUA contabilizada na ACS se declarou "hispânica ou latina", revelou o erro de pesquisa, comparado a 41% dos belizenhos, 3% dos filipinos e 3% dos caribenhos não-hispânicos.

"O grande número de brasileiros que se identificam como hispânicos ou latinos destaca como a visão deles de sua própria identidade não necessariamente se alinha com as definições oficiais do governo", observam Jeffrey S. Passel e Jens Manuel Krogstad, autores do estudo publicado pelo Pew Research Center. "Também ressalta que ser hispânico ou latino significa coisas diferentes para pessoas diferentes", acrescentam os pesquisadores.

Para o brasileiro Raphael Nishimura, diretor de amostragem do Survey Research Center na Universidade de Michigan, o caso serve para refletir sobre como pesquisas são feitas. "Metodologicamente, isso [o erro na ACS de 2020] é bastante interessante para ilustrar um dos aspectos do erro de mensuração em pesquisas: o impacto do entendimento da pergunta por parte do respondente no que se pretende mensurar", escreveu Nishimura, sobre o estudo do Pew Research Center. "Nesse caso, me parece que o U.S. Census Bureau [Departamento do Censo dos EUA] deveria deixar mais claro nessa questão o que é e o que não é considerado como latino, hispânico ou origem espanhola", defendeu o estatístico.

Segundo Nishimura, apesar da desconexão entre classificação oficial e identidade dos brasileiros revelada pelo erro de pesquisa em 2020, parece improvável que o governo americano reveja essa classificação em algum momento próximo.

Em junho de 2022, o governo anunciou uma revisão na coleta de dados sobre raça e etnia nos EUA, que poderá valer já para o Censo de 2030. Mas essa reavaliação parece estar mais focada nas comunidades do Oriente Médio e Norte da África, que podem ganhar uma classificação própria nas pesquisas demográficas americanas, separada da categoria "branco", observa o estatístico, que mora nos EUA há 13 anos.

Se os brasileiros fossem oficialmente considerados "hispânicos ou latinos", seríamos o 14º maior grupo latino dos EUA, acima da Nicarágua (395 mil) e abaixo da Venezuela (619 mil). Ainda assim, a população hispânica é tão grande nos EUA (61,1 milhões), que a comunidade brasileira contabilizada (569 mil na ACS de 2021) não chegaria a 1% do total de latinos.

[...]

A comunidade brasileira contabilizada na ACS pode, no entanto, estar subestimada. O Ministério das Relações Exteriores do Brasil calcula o número de brasileiros vivendo nos EUA



em 1,9 milhão – trata-se da maior comunidade brasileira no exterior, segundo relatório de agosto de 2022 sobre o tema.

Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cx9nel14ekwo>

**02.** Considerando as informações presentes no Texto 2, é possível concluir que:

- a) A maioria dos brasileiros que vivem nos Estados Unidos acredita que não são latinos porque não falam espanhol.
- b) Se todos os brasileiros que vivem nos Estados Unidos, ao preencherem a pesquisa da American Community Survey (ACS) (com base na imagem) de 2020, marcassem o último item e informassem no campo disponível a origem “brasileira”, o resultado da pesquisa seria de 0%.
- c) O governo dos Estados Unidos anunciou que pode rever a classificação dos brasileiros se eles continuarem crescendo naquela nação.
- d) A contagem da população hispânica nos EUA inclui 1% de brasileiros no total de 61,1 milhões.
- e) Todos os países não falantes de espanhol, citados no texto: Belize, Haiti, Jamaica e Guiana falam português como língua oficial, por isso, sua população é considerada latina, como a do Brasil.

### TEXTO 3

#### **Professores gerados por inteligência artificial dão aulas em universidade de Hong Kong.**

Com um capacete de realidade virtual, os estudantes de uma universidade de Hong Kong viajam para um pavilhão nas nuvens para assistir a uma aula sobre teoria dos jogos explicada por um Albert Einstein criado com inteligência artificial (IA). A experiência faz parte de um curso piloto da Universidade de Ciência e Tecnologia de Hong Kong (HKUST) para testar o uso de "professores" gerados por essa tecnologia em ascensão no mundo.

O professor Pan Hui, responsável pelo projeto, considera que a ferramenta pode ser de grande ajuda para as instituições educacionais diante da falta de profissionais em muitos países ao redor do mundo. "Os professores gerados por IA podem trazer diversidade (...) e até mesmo uma narrativa imersiva", explicou Hui à AFP. A disseminação de ferramentas como o ChatGPT gerou esperanças de melhorias na produtividade e no ensino, mas também temores sobre as possibilidades que ofereciam para o erro, a fraude ou a substituição de professores.

Neste curso "Redes sociais para criativos", os professores digitais abordam questões relativas às tecnologias imersivas e ao impacto das plataformas digitais para cerca de trinta alunos.

Depois que o conteúdo do curso é carregado no programa, ele gera automaticamente os professores, cuja aparência, voz e gestos são personalizáveis.

Os avatares podem aparecer em uma tela ou através de capacetes de realidade virtual. O curso é híbrido porque Hui também intervém nas aulas. Mas a IA o libertou de suas tarefas mais "pesadas", garantiu.

Fonte: <https://www.instagram.com/p/C66ttqcBpMw/?igsh=MTc4MmM1YmI2Ng%3D%3D>

#### TEXTO 4

### **Nova versão do Chat-GPT consegue ensinar matemática e “flertar” em conversa.**

A empresa OpenAI lançou na segunda-feira (13/5) a versão mais recente do seu chatbot ChatGPT, de inteligência artificial. Esse modelo é mais rápido que os anteriores e foi programado para se assemelhar mais a humanos conversando — às vezes até mesmo com um tom de flerte em suas respostas aos usuários.

A nova versão consegue ler e discutir imagens, traduzir idiomas e identificar emoções a partir de expressões visuais. O robô também possui uma memória para recuperar perguntas anteriores. O GPT-4o pode ser interrompido durante as suas respostas e a conversa flui com maior facilidade, não existe demora entre se fazer uma pergunta e receber uma resposta.

fonte – A Gazeta: <https://www.instagram.com/p/C66ttqcBpMw/?igsh=MTc4MmM1YmI2Ng%3D%3D>

**03.** É possível concluir, de forma adequada, após ler os textos 3 e 4, que:

- a) As ferramentas de IA foram desenvolvidas para ajudar as instituições a substituir todos os professores, tendo em vista o avanço da tecnologia no mundo.
- b) A maior importância dessas ferramentas é a possibilidade de traduzir idiomas, pois é usada por um público mundialmente diverso.
- c) O curso "Redes sociais para criativos" é dado em um pavilhão físico da Universidade de Hong Kong.
- d) Apesar de apresentar boa interação, o GPT-4o não tem nenhuma característica de ação humana que possa assemelhá-lo, totalmente ou em parte, a uma pessoa.
- e) A aplicação da inteligência artificial relatada em ambos os textos tem em comum o desenvolvimento de versões inteligentes que se assemelhem mais aos humanos.

## TEXTO 5

### **A vitória da ambiguidade: a confusão de sentidos compromete o entendimento das frases, mas bem trabalhada pode ser uma útil ferramenta expressiva.**

A ordem de elementos sublinhados nos enunciados que seguem pode, por um lado, comprometer os autores que os produzem e, por outro, confundir as pessoas que os leem:

“O jóquei desceu do cavalo com um sorriso”.

“Os guardas prenderam o ladrão correndo em direção à estação rodoviária”.

Somente em fábulas, histórias em quadrinhos ou filmes animados existem cavalos que sorriem e até choram ou conversam. Quem sorriu foi o felizardo do jóquei cujo cavalo chegou antes dos outros equinos.

A confusão é facilmente resolvida se o conteúdo sublinhado antecede o sujeito “jóquei”. [...]

Com respeito à segunda oração, quem está correndo? O ladrão? Ou os guardas? Se fossem os guardas, bastaria modificar a ordem e acrescentar vírgulas:

“Os guardas, correndo em direção à estação rodoviária, prenderam o ladrão”.

Todavia, se fosse o caso do ladrão em fuga, bastaria o seguinte ajuste:

“Os guardas prenderam o ladrão que estava correndo em direção à estação rodoviária”.

As duas orações exemplificam a ambiguidade **accidental** devido à falta de planejamento ou ao açodamento no momento de escrever.

[...]

Mas a noção de ambiguidade é bem mais complexa, pois existe a ambiguidade **natural** (inerente ao sistema dos idiomas). Nem todos os usuários de diferentes idiomas sabem que as línguas apresentam instâncias de ambiguidade arraigadas na estrutura léxica e gramatical.

Com respeito ao adjetivo “alto”, no enunciado “José está alto”, temos um caso de ambiguidade lexical que facilmente é desambiguizado com a contextualização:

“José tem somente dez anos, mas está (é) alto para sua idade”.

Ou:

“José está alto porque tomou umas e outras na festa”.

[...]

A ambiguidade nem sempre é um problema para os usuários de um idioma quando as interações linguísticas ocorrem na fala do dia a dia. Sempre estamos num contexto ou numa situação real, como observa o literário Stanley Fish. Os que interagem estão cientes do contexto.

Por exemplo, se Fulano se encontra com o amigo Beltrano na rua e Fulano comenta: “Vi sua foto na revista”, Beltrano sabe que “sua” se refere a ele mesmo porque os dois amigos compartilham conhecimento sobre o motivo da publicação da fotografia. Ou a reportagem da revista tirou uma fotografia de Beltrano (ganhou uma bolada na loteria!) ou Beltrano é fotógrafo profissional e funcionário do referido veículo de comunicação (e ele tirou uma fotografia de um político colocando dinheiro na cueca ou nos bolsos!).

Daí se vê que, na fala, existe a possibilidade de colaboração entre os interlocutores Beltrano e Fulano. Tal colaboração não é possível na escrita, dada a distância de tempo e espaço entre o enunciador e seus eventuais receptores. Por esse motivo, os textos escritos precisam ser cuidadosamente revisados pelos responsáveis, para evitar ambiguidade que não foi planejada.

[...]

Fonte: John Robert Schmitz – Revista Língua Portuguesa, ano 8, nº 87, 2013, p. 25

**04.** Com base no texto acima, assinale a única alternativa que contém uma frase que caracteriza uma ambiguidade acidental, de acordo com a definição do autor:

- a) Pai e filho de 6 anos morrem afogados no Rio Doce.
- b) “Olhe, o dono da loja está conversando com seu irmão” – disse apontando para eles.
- c) Além das rodovias, radares precisam ganhar as ruas (manchete do jornal A Gazeta).
- d) Ajudei minha irmã exausta no fim do dia.
- e) Animal é resgatado de deserto em bicicleta adaptada.

## TEXTO 6

### ***Would you mind if? [Você se incomodaria se?]***

“Você se incomodaria se eu recuasse o encosto da minha poltrona?”, pergunta um passageiro japonês, sentado \_\_\_\_ minha frente, logo após \_\_\_\_ descolagem. O voo era de Tóquio para Pequim. O sotaque carregado trancou \_\_\_\_ mensagem. Fiz cara de incompreensão. Ele repetiu. Agora com pausas e articulando melhor.

Não havia mais dúvida. O jovem japonês queria mesmo saber quanto recuar o assento da poltrona me molestaria. E permaneceu virado para \_\_\_\_\_. Esperando minha reação. Condição sua manobra \_\_\_\_ minha resposta. Só recuaria se eu \_\_\_\_ garantisse que tava de boa. Inquiria se o deslocamento pretendido, bem como \_\_\_\_ ocupação de espaço decorrente, não determinaria em mim algum tipo de tristeza ou queda de potência.

Meio no reflexo balbuciei um “that’s ok”. [Tudo bem...]

“Are you sure?”, insistiu. [Você tem certeza?]

“Sure”. [Claro]

Sorriu e virou-se. Angulou ligeiramente o encosto. Menos do que poderia.

Em poucos segundos, tinha vivido experiência de grande valor. Sou daqueles que se encantam mais por pessoas e suas atitudes do que por outras atrações do mundo. Adepto de um turismo de convivência. Ali, no interior daquela aeronave, alguém tinha considerado meus afetos na hora de agir. Inquiriu sobre minhas alegrias e tristezas para colocá-las em posição de força – perante o próprio conforto – na sua equação deliberativa.

Não se contentou com o sentido mais imediato da resposta. Duvidou da sinceridade. Aquele “that’s ok” foi significado segundo o complexo *Japanese way of meaning* [o jeito japonês de significar as coisas]. E traduzido por “vai ficar mais apertado do que já está”. E a vida durante o voo pior do que já seria se você não reclinasse”. Por isso recuou só um tiquinho. Para não me ofender com sua incredulidade. E assegurar o conforto de que eu falsamente abdicara.

Experiência de grande valor, sim senhor. Também pelo aprendizado, que poderá se traduzir em práticas futuras. Diferentes e melhores. Em convivência aperfeiçoada. Do ontem para o amanhã.

Anos de vida viajante, palestrando sobre ética cada dia num canto de meu país-continente. Avião todo dia. Milhagens a mil. Deixando-me cair nos assentos marcados e recuando encostos com a rudeza de quem percebe o mundo com princípio e fim em si mesmo, no próprio prazer, conforto e ganho.

Com a alimentação exagerada de todos os dias, excessos estocados em gordura abdominal, instalar-me no 2C, deixando a gravidade fazer seu papel, reclinar a poltrona com a violência que a massa corporal permite, abrir o cinto, dar às células de gordura um lugar no mundo, onde possam ocupar posição sem constrangimentos, é procedimento automático. Um hábito aeronáutico.

Quanto ao ocupante do 3C... bem, esse nunca foi levado em conta. Após a aterrissagem, na hora de recuperar a bagagem nos compartimentos superiores, quem sabe um olhar de relance. De indiferença.

Aquele passageiro japonês, *nihonjin* como eles dizem, tinha me ensinado coisa preciosa. O que minha mãe, dona Nilza, chamaria de “bons modos”. Um jeito melhor de se portar. De agir. De interagir. De conviver. De viver com o outro. Segue minha mãe: “As outras pessoas estarão sempre por perto. A vida é com elas. Não tem felicidade sem elas. Tratar mal os outros machuca a alma”. E concluía profetizando: “O que você não aprender aqui em casa vai acabar aprendendo na rua”.

O tom de ameaça indicava que dona Nilza não se referia ao gentil oriental e seus sorrisos. Mas a profecia materna, ali na aeronave, mais uma vez se convertera em corpo, em matéria, em energia, em afeto, em sabedoria. Afinal, a minha presença fora considerada relevante por alguém que, embora não me conhecendo, condicionou sua vida daquele instante à minha. E,

ao fazê-lo, perdeu pleno controle sobre todo o seu devir imediato. Ficou, por decisão sua, na minha mão.

Daquele dia em diante, nos últimos dois anos, nunca mais reclinei o encosto de meu assento sem consulta prévia ao ocupante de trás. Alguns aproveitaram para conversar sobre qualquer coisa. Outros me ignoraram. Mas houve quem tenha tomado minha iniciativa por zombaria, chacota, tiração de sarro. Ou até uma afronta.

Como toda mensagem, a ação em *shinsetsu* [cultura japonesa da gentileza] é enunciada e recebida. Nada garante que o receptor destinatário de nossa ação a interprete a partir das mesmas premissas que usamos para deliberar. Por vezes vale o dito popular: cada cabeça, uma sentença.

Fonte: Barros, Cloves de. *Shinsetsu – o poder da gentileza*. São Paulo: Planeta, 2018, p. 29-33

**05.** Marque a opção que preenche **CORRETAMENTE** as lacunas do Texto 6:

- a) a – a – a – traz – à – lhe – a
- b) à – a – à – trás – à – lhe – a
- c) à – a – a – trás – à – lhe – a
- d) à – à – a – trás – a – o – a
- e) à – à – à – traz – à – lhe – a

**06.** No Texto 6, a última frase do último parágrafo: “Por vezes vale o dito popular: cada cabeça, uma sentença” faz alusão a que ou a quem?

- a) Ao fato de o autor, às vezes, ser contestado por pessoas com as quais ele tenta ser gentil nos voos.
- b) Ao próprio autor, por não ter aceitado a gentileza do viajante japonês.
- c) À sua mãe, que o “ameaçava” dizendo que o que ele não aprendesse em casa ia acabar aprendendo na rua.
- d) Ao viajante japonês, pelo fato de ele insistir no cuidado com o autor, deixando, dessa forma, de cuidar totalmente de si mesmo.
- e) A todos os ocupantes de assentos especiais no voo, quando perguntados sobre a permissão para reclinar a cadeira.

**07.** No texto 6, ao refletir sobre suas próprias ações, o autor relata, pelo menos, duas situações em que ele ignorou os conselhos de sua mãe Nilza. Após o aprendizado com o viajante japonês, o autor menciona que mudou de comportamento em relação a uma delas, mas à outra não. Qual ação o autor **NÃO** menciona ter melhorado em seu comportamento?

- a) Dar atenção a alguns passageiros do assento de trás do seu.
- b) Ficar feliz por sentir-se valorizado.
- c) Gratidão pela aprendizagem que a interação com o viajante japonês lhe proporcionou.
- d) Refletir sobre os conselhos de sua mãe e compará-los com a experiência vivenciada.
- e) Ignorar o viajante do assento ao lado do seu no voo.

**08.** A seguir, estão alguns conselhos sobre como cuidar da higiene da cama, que foram adaptados de um *site* de notícias. Alguns desses conselhos (com as adaptações) apresentam incorreções em relação ao uso correto da língua portuguesa. Apenas 1 (uma) opção apresenta um conselho totalmente **CORRETO** do ponto de vista do uso da língua. Assinale-a.

- a) A cama, onde passamos cerca de um terço das nossas vidas, podem acumular uma quantidade significativa de ácaros, fungos e outros alérgenos que pode desencadear problemas de saúde. Trocar e higienizar regularmente travesseiros, lençóis, edredons e colchões é uma prática crucial para evitar crises de asma, rinite e outras alergias.
- b) “A maioria dos colchões deve ser trocada a cada 10 anos, tanto por problemas infectológicos quanto por questões ortopédicas”, explica Silvio Bertini, coordenador e infectologista do Hospital Japonês Santa Cruz, em São Paulo.
- c) Ácaros se alimentam de restos de pele e prolifera em ambientes úmidos e quentes, tornando a cama um local propício para seu desenvolvimento. Esses microrganismos e suas fezes são os principais causadores de alergias respiratórias. Além disso, a presença de fungos, especialmente em ambientes mal ventilados ou com alta umidade, podem agravar ainda mais os problemas respiratórios.
- d) Lençóis e fronhas precisam ser lavados semanalmente com água quente para eliminar ácaros e bactérias. Essa prática é essencial para manter o ambiente seguro para pessoas alérgicas. Recomendam-se que os lençóis, fronhas e edredons seja trocados pelo menos uma vez por semana, por outros que estejam limpos.
- e) Empresas especializadas deve ser procuradas para a limpeza dos colchões, para evitar o uso de produtos tóxicos que pode prejudicar a saúde de pessoas com doenças respiratórias.

fonte: adaptado de Do travesseiro ao colchão: saiba como cuidar da higiene da cama | CNN Brasil

**09.** A seguir, estão algumas citações atribuídas a Willian Shakeaspeare. Leia-as atentamente e depois marque a opção que traz uma análise **CORRETA** sobre elas:

“Assim que se olharam, amaram-se; assim que se amaram, suspiraram; assim que suspiraram, perguntaram-se um ao outro o motivo; assim que descobriram o motivo, procuraram o remédio”.

“Para o trabalho que gostamos, levantamo-nos cedo e fazêmo-lo com alegria”.

“Ame-me ou odeie-me, ambas estão ao meu favor. Se você me ama, eu vou estar sempre no seu coração, se você me odeia, eu vou estar sempre na sua mente”.

“É mais fácil obter o que se deseja com um sorriso do que à ponta da espada”.

fonte: [https://www.pensador.com/frases\\_fortes\\_shakespeare/](https://www.pensador.com/frases_fortes_shakespeare/)

- a) A segunda citação estaria gramaticalmente mais correta se fosse escrita da seguinte forma: “Para o trabalho de que gostamos, levantamo-nos cedo e fazêmo-lo com alegria”.
- b) Em relação à primeira citação, a forma gramaticalmente correta seria: “Assim que olharam-se, amaram-se; assim que amaram-se, suspiraram; assim que suspiraram, perguntaram-se um ao outro o motivo; assim que descobriram o motivo, procuraram o remédio”.
- c) Considerando todo o contexto gramatical da terceira citação, estaria correto modificá-la desta forma: “Ama-me ou odeia-me, ambas estão ao meu favor. Se você me ama, eu irei estar sempre no seu coração, se você me odeia, eu irei estar sempre na sua mente”.
- d) Considerando a quarta citação, é possível retirar a crase do ‘a’ em “à ponta da espada”, sem interferência de sentido.
- e) Em relação à segunda citação, ela estaria mais correta se fosse escrita desta forma: “Para o trabalho que gostamos, levantamo-nos cedo e fazêmos-lo com alegria”.



**10.** Observe a imagem a seguir, considerando todo o contexto, inclusive as mensagens escritas. Depois, marque a opção que retrata o mecanismo de produção de sentido predominante:



Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/arte-e-manhas-da-lingua--475833516891049294/>

Transcrição:

Homem: “socorro, ajuda, me tirem daqui”.

Pássaro: “se está cantando é porque está feliz”.

- a) polissemia.
- b) comparação.
- c) ironia.
- d) polissemia e humor.
- e) comparação e polissemia.

# LEGISLAÇÃO

**11.** O artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) dispõe sobre os direitos e garantias individuais e coletivos. Acerca desses direitos, analise as assertivas abaixo:

- I. é livre a manifestação do pensamento, sendo autorizado o anonimato.
- II. é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, independentemente das qualificações profissionais que a lei estabelecer.
- III. a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais.
- IV. aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.
- V. é plena a liberdade de associação para fins lícitos, inclusive a de caráter paramilitar.

São direitos e garantias individuais e coletivos **CORRETAMENTE** indicados no artigo 5º da CRFB os constantes nas assertivas:

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) III e IV, apenas.
- e) IV e V, apenas.

**12.** A Lei 9.394/1996 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Assinale a alternativa **INCORRETA** acerca dessa Lei:

- a) A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
- b) É assegurado atendimento educacional, durante o período de internação, ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado, conforme dispuser o Poder Público em regulamento, na esfera de sua competência federativa.
- c) O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, podendo para isso reduzir o número de horas letivas previsto na Lei 9.394/1996.
- d) Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.
- e) A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

**13.** Acerca do que consta no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171/1994) e no Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal (Decreto nº 6.029/2007), assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) A função pública deve ser tida como exercício profissional, porém não se integra na vida particular de cada servidor público. Assim, os fatos e atos verificados na conduta do dia-a-dia em sua vida privada não poderão acrescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional.
- b) Toda pessoa tem direito à verdade. O servidor não pode omiti-la ou falseá-la, exceto se contrária aos interesses da Administração Pública. Nenhum Estado pode crescer ou estabilizar-se sobre o poder corruptivo do hábito do erro, da opressão ou da mentira, que sempre aniquilam até mesmo a dignidade humana quanto mais a de uma Nação.
- c) É dever fundamental do servidor público ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema.
- d) É vedado ao servidor público retirar da repartição pública, quando legalmente autorizado, qualquer documento, livro ou bem pertencente ao patrimônio público.
- e) A Comissão de Ética Pública do Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal será integrada por sete brasileiros que preencham os requisitos de idoneidade moral, reputação ilibada e notória experiência em administração pública, designados pelo Ministério da Educação, para mandatos de três anos, não coincidentes, permitida uma única recondução.

**14.** A Lei 8.112/1990 dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. De acordo com o artigo 117 dessa Lei, ao servidor público é proibido, **EXCETO**:

- a) coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se à associação profissional ou sindical, ou a partido político.
- b) manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil.
- c) opor resistência justificada ao andamento de documento e processo ou à execução de serviço.
- d) participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário.
- e) valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública.

**15.** A Lei nº 12.772/2012 dispõe sobre o Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, a Carreira do Magistério Superior, o Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e o Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal. Acerca do regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, em tempo integral, com dedicação exclusiva às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional, essa Lei admite a percepção de algumas retribuições pecuniárias pelo docente, observadas as condições da regulamentação própria de cada IFE. São retribuições autorizadas pela Lei nº 12.772/2012 ao professor que se enquadra nesse regime de trabalho, **EXCETO**:

- a) retribuição por participação em comissões julgadoras ou verificadoras relacionadas ao ensino, pesquisa ou extensão, quando for o caso.
- b) retribuição pecuniária, na forma de *pro labore* ou cachê pago diretamente ao docente por ente distinto da IFE, pela participação esporádica em palestras, conferências, atividades artísticas e culturais, ainda que não relacionadas à área de atuação do docente.
- c) remuneração de cargos de direção ou funções de confiança.
- d) bolsa para qualificação docente, paga por agências oficiais de fomento ou organismos nacionais e internacionais congêneres.
- e) bolsa de ensino, pesquisa, extensão ou estímulo à inovação paga por agência oficial de fomento, por fundação de apoio devidamente credenciada por IFE ou por organismo internacional amparado por ato, tratado ou convenção internacional.

# HISTÓRIA

## 16.

*“Portanto, estamos diante não de um procedimento ou metodologia historiográfica, de base objetiva e científica, mas de uma ‘parametodologia’, conforme expressão de Flávio Thales Ribeiro (ou seja, uma metodologia pseudocientífica), que é diferente do método utilizado pelos historiadores.”*

Texto extraído de: NAPOLITANO, Marcos. Negacionismo e revisionismo histórico no século XXI. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. **Novos combates pela história**: desafios-ensino. São Paulo: Contexto, 2021, p.102.

O trecho foi extraído do texto de Marcos Napolitano, pelo qual objetiva apontar aos pesquisadores e aos professores de História sobre como lidar com os temas do negacionismo e do revisionismo histórico. A esse respeito, julgue as afirmativas que fazem parte da argumentação do autor:

- I. O revisionismo pode ser compreendido como um processo de revisão do conhecimento factual das interpretações historiográficas dominantes, com base em novas questões teóricas, novas hipóteses, novos métodos de análise e novas fontes primárias. Esse é o oxigênio da área de História, mesmo quando remexe em passados sensíveis e explicações aceitas.
- II. O revisionismo deve ser encarado como um legítimo e necessário trabalho da historiografia. Portanto, antepõe-se ao negacionismo, que se trata da negação de um processo, evento ou fato histórico estabelecido pela comunidade de historiadores como efetivamente ocorrido no passado, em que pesem várias possibilidades de interpretação validadas pelo debate historiográfico.
- III. O revisionismo histórico é, em si, um revisionismo de matriz ideológica, pois parte da premissa de que o pesquisador e professor de história não são emissores de opiniões vazias. Dessa forma, a seletividade intencional das fontes primárias e a construção de hipóteses constituem bons mecanismos de reivindicação do reconhecimento de procedimentos metodológicos por parte do revisionismo histórico.
- IV. Estão entre as principais armadilhas argumentativas dos negacionistas: defender a necessidade de outras versões sobre um evento histórico, denunciar a ausência de “prova” documental que “prove” que um crime ou violência foi cometido no passado; e tomar o fato reconhecido e chancelado pela pesquisa histórica como “interpretação”, defendendo seu método como “factual”.

Estão **CORRETAS**:

- a) Apenas as afirmativas I e II.
- b) Apenas as afirmativas II e III.
- c) Apenas as afirmativas III e IV.
- d) Apenas as afirmativas I e IV.
- e) As afirmativas I, II, III e IV.

## 17.

“Os pesquisadores e professores de História, dos quais se deve cobrar rigor, ética de pesquisa e decoro profissional, não são meros emissores de opinião vazia e “neutra”, mas profissionais que sistematizam o conhecimento histórico e ajudam a sociedade a conhecer a si mesma de maneira crítica, em suas virtudes e mazelas.”

Texto extraído de: NAPOLITANO, Marcos. Negacionismo e revisionismo histórico no século XXI. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. **Novos combates pela história**: desafios-ensino. São Paulo: Contexto, 2021, p.107.

Marcos Napolitano compreende que o professor deve estar preparado para lidar com situações e argumentos negacionistas em sala de aula. De modo a enfrentar esse desafio, não cabe ao professor, na visão do autor:

- a) valorizar o conhecimento e a cultura histórica do aluno, por entender que possíveis opiniões negacionistas compõem o direito à liberdade de expressão, ainda que neguem a verdade histórica.
- b) Ser um mediador no debate, explicitando o que são opiniões pessoais, principalmente caso os alunos solicitem-nas, e o que é produto de consensos e debates historiográfico, baseado em fontes e pesquisas históricas.
- c) Valorizar o método historiográfico construído pelo conjunto das pesquisas historiográficas, suas conquistas, seus consensos, suas contradições e limites, bem como seus diálogos com o conjunto do conhecimento científico.
- d) Enfatizar que o conhecimento historiográfico não é “opinião” sobre o passado, mas resultado de uma pesquisa, com método reconhecido pelas instituições científicas em constante revisão pelos pares, e de um debate coletivo.
- e) Estimular, dependendo do grau do debate, reflexões sobre a natureza do revisionismo e do negacionismo historiográficos questionando em sala de aula a origem e a relevância historiográfica das opiniões emitidas.

## 18.

“Indígenas, negros e mulheres estão entre os atores históricos menos reconhecidos. Não que não tenham sido importantes, não que não tenham influenciado sua própria geração e as seguintes: simplesmente não foram por muito tempo objeto da atenção dos pesquisadores”

Texto extraído de: JALES, Luanna. Visibilidade histórica para mulheres, negros e indígenas. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. **Novos combates pela história**: desafios-ensino. São Paulo: Contexto, 2021, p. 201.

O parágrafo acima do capítulo escrito pela historiadora Luanna Jales traduz seu diagnóstico quanto à forma como os grupos minoritários foram vistos por longo período por historiadores. Sobre essa questão, conforme o olhar da autora, julgue as afirmativas abaixo:

- I. Os grupos minoritários (ou sub-representados) têm em comum o fato de, por longos períodos, não terem sido vistos como cidadãos ou terem sido considerados apenas cidadãos de segunda classe. Trata-se, hoje, de pessoas que raramente ocupam um número significativo de posições políticas, profissões consideradas de elite e protagonismo em peças publicitárias e produções midiáticas.
- II. A visão de que apenas pessoas vitoriosas, de grandeza, de importância e de genialidade incomparável merecem ser estudadas na escola dificulta a percepção de que todos, independentemente de posição social e capacidade de liderança, podem ser agentes históricos e influenciar de alguma forma o meio em que vivem.
- III. Estudar as minorias nas escolas deve ocorrer não apenas por uma questão de representatividade, mas porque elas são historicamente importantes. Por isso, é primordial identificar a força de atuação dos grupos minoritários dentro da história do país e mostrar que as minorias são mais do que ícones eleitos por essa ou aquela militância.
- IV. É importante estudar as minorias de modo a reforçar o conhecimento das habilidades extraordinárias de personagens que emergiram de camadas sociais consideradas inferiores, possibilitando ao aluno compreender que personagens protagonistas emergem não apenas das camadas sociais mais abastadas.

Estão **CORRETAS**:

- a) Apenas as afirmativas I, II e III.
- b) Apenas as afirmativas II, III e IV.
- c) Apenas as afirmativas I, II e IV.
- d) Apenas as afirmativas I, III e IV.
- e) As afirmativas I, II, III e IV.

**19.** Pedro Paulo Funari, em capítulo escrito sobre anacronismos e apropriações, demonstra como a história pode ser alvo de grupos interessados em manipular informações e relatos em favor de ideias machistas, racistas e até xenófobas. Abaixo trazemos algumas de suas possíveis assertivas. Considerando-as, identifique-as como **VERDADEIRAS (V)** ou **FALSAS (F)**:

Texto de apoio: FUNARI, Pedro Paulo. Anacronismos e apropriações. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. **Novos combates pela história: desafios-ensino**. São Paulo: Contexto, 2021.

- ( ) Alguns estudiosos utilizam-se do termo *recepção* para retratar a tomada de contato direta de algo antigo, por meio de simples reprodução (a exemplo de textos gregos antigos, que foram estudados e apreciados).
- ( ) O termo *recepção* acabaria sendo questionado e, em seu lugar, passou-se a preferir o termo *apropriação*, ou seja, tornar algo próprio, tomar algo para si mesmo. No caso da História, tornar próprio no presente algo do passado.
- ( ) O conceito de *apropriação* tem ganhado força frente ao de *recepção* por enfatizar que o “tornar próprio” parte sempre do presente e de quem se apropria de algo. A ênfase aqui sai do elemento do passado apropriado para o momento da apropriação.
- ( ) A História aprendida na escola se *apropria* do passado, fazendo uma releitura, tendo como objetivo os interesses dos Estados nacionais, o que impede que as reivindicações de movimentos sociais, trabalhadores e grupos étnicos sejam atendidas.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência **CORRETA**, de cima para baixo:

- a) V, V, F, V.
- b) F, V, V, F.
- c) F, F, V, V.
- d) V, F, V, F.
- e) V, F, V, V.

## **20.**

*“Então, podemos considerar que os binômios café e ferrovias, de um lado, e capital comercial e produção familiar, de outro, moldaram, respectivamente, a formação territorial e a formação socioeconômica vigentes no estado do Espírito Santo nos anos 30.”*

Texto extraído de: ACHIAMÉ, Fernando A.M. **O Espírito Santo na Era Vargas (1930-1937)**: Elites políticas e reformismo autoritário. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p.71-72.

Marque a opção **CORRETA** quanto à formação territorial e socioeconômica do Espírito Santo até 1930, segundo Fernando Achiamé.

- a) O “vazio” demográfico ao norte do rio Doce foi “construído” no decorrer do período colonial e intensificado no século XIX. Essa condição apenas foi rompida na primeira década do século XX, com o incremento da política de imigração estrangeira, realizada pelos governos estaduais.
- b) À medida em que a presença das estradas de ferro se consolida e atinge regiões cafeeiras no Espírito Santo e em Minas Gerais, assistimos à convergência para Cachoeiro de Itapemirim – e, por conseguinte, para o Rio de Janeiro – do café a ser exportado, com repercussões negativas para Vitória.



- c) O processo histórico pelo qual passou o Espírito Santo e que deu origem a suas características culturais explica a dificuldade de ascensão social dos descendentes de imigrantes. Eles passaram por grandes dificuldades e, devido ao aumento populacional do estado a partir de 1920, tiveram maiores empecilhos no acesso à terra.
- d) A quantidade de terras, herança do período colonial, significava que o trabalhador podia ter acesso mais fácil a elas do que em outras regiões, o que aumentava seu poder de barganha perante o contratador do trabalho. A isso se aliava à circunstância da falta de trabalhadores, o que também ocasionava a valorização da força de trabalho existente.
- e) A formação socioeconômica espírito-santense, no período da Primeira República, distingue-se do estado de São Paulo, onde o imigrante trabalhou em grandes propriedades agroexportadoras, e se assemelhava à formação dos estados sulistas brasileiros, devido à presença de imigrantes em pequenas propriedades cuja produção era voltada ao mercado interno.

**21.** Marque a alternativa correta sobre a realidade espírito-santense anterior, durante e posterior à Revolução de 1930, segundo Fernando Achiamé:

Texto de apoio: ACHIAMÉ, Fernando A.M. **O Espírito Santo na Era Vargas (1930-1937)**: Elites políticas e reformismo autoritário. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

- a) O surgimento da Aliança Liberal ordenou as forças políticas no Espírito Santo, reforçando a polarização existente entre as duas principais facções políticas do estado: os “bernardinistas”, ligados à cúpula do PRES, apoiaram a candidatura de Júlio prestes, e os “jeronimistas”, apoiaram a candidatura de Getúlio Vargas.
- b) Os rumos do movimento revolucionário no estado já estavam previamente traçados, devido à articulação entre os políticos da oposição e o jornal *A Gazeta*, pois cada discurso oposicionista, cada comício organizado e toda reportagem jornalística já encaminhavam a construção de uma nova realidade política.
- c) Washington Luís apostou na defesa do Espírito Santo contra as ações dos revoltosos. Para tanto, enviou militares para treinar a força pública estadual e engenheiros para interromper o acesso ao estado por meio das ferrovias. A resistência arquitetada gerou diversos conflitos armados, dificultando a ação das colunas Barata e Amaral, mas não impediu o triunfo dos revoltosos.
- d) No Espírito Santo, após o triunfo da Revolução de 1930, o tenentismo logo se compôs com diversas pessoas, quer fossem elementos de facções políticas ou vinculadas a fazendeiros, ou ainda a exportadores de café. Essa composição encontrou na figura do interventor sua expressão política centralizadora, o que era conveniente para o momento político então em curso.
- e) A escolha do Capitão João Punaro Bley como interventor, após o triunfo da Revolução de 1930, foi possível devido à ação do próprio militar, via articulação política com a facção que havia apoiado o movimento no Espírito Santo, marginalizada do poder durante a Primeira República. Essa facção aproximou-se de Bley pois havia perdido seu principal líder, Jerônimo Monteiro.

## 22.

*“Sintetizando as considerações antes efetuadas, podemos afirmar que as mudanças administrativas empreendidas pelo interventor foram no sentido da centralização do poder político no aparelho regional de Estado.”*

Texto extraído de: ACHIAMÉ, Fernando A.M. **O Espírito Santo na Era Vargas (1930-1937)**: Elites políticas e reformismo autoritário. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p.161.

Sobre as características e desdobramentos do reformismo autoritário, implementado por Bley no Espírito Santo, segundo Achiamé, é **CORRETO** afirmarmos que:

- a) A atuação político-administrativa da interventoria federal no estado do Espírito Santo orientou-se, nos anos de 1931 a 1934, pelo atendimento às aspirações tenentistas, em detrimento aos interesses das oligarquias estaduais, alijadas do poder pela Revolução de 1930 e que somente no Estado Novo recuperariam seu espaço.
- b) Entre as principais medidas de controle financeiro destacaram-se as que atingiram tanto o funcionalismo estadual, desagradando as camadas médias, quanto às políticas de valorização cafeeira, descontentando as camadas dominantes, a fim de conter os gastos públicos, que haviam aumentado durante o governo de Aristeu Aguiar (1928-1930).
- c) A criação das intendências dos municípios tinha um caráter inovador, pois rompia a dependência do governo estadual em relação aos coronéis. Ao acomodar os tenentes no comando dos municípios, as facções foram alijadas da coalização de poder, perdendo inclusive a influência nas decisões tomadas, bem como o monopólio do aparato de coerção.
- d) Comissões de sindicância foram úteis à administração Bley nos dias em que o interventor firmava-se no poder estadual. Tais comissões eram controladas pela interventoria, contando com a participação de “distintos” membros da sociedade, ou seja, membros da elite rural e urbana. Bley, de forma controlada, passou a descentralizar pequena parte de seu poder a fim de cooptar setores das camadas conservadoras.
- e) Após 1930, o poder passou a ser centralizado em níveis federal e estadual e, por consequência, os grupos locais perderam autonomia. Mesmo uma determinada facção local, eventualmente prestigiada pelos novos governantes, teve seu poder diminuído em relação ao que detinha na situação anterior, porque tal facção passou a se relacionar com um novo árbitro, a interventoria.

**23.** Julgue as afirmativas abaixo sobre o breve interregno democrático (1934-1937) e seus rebatimentos no Espírito Santo:

Texto de apoio: ACHIAMÉ, Fernando A.M. **O Espírito Santo na Era Vargas (1930-1937):** Elites políticas e reformismo autoritário. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

- I. No interregno de 1934 a 1937, as práticas democráticas do liberalismo político foram retomadas de forma significativa pela reconstitucionalização do país e pela abertura partidária. A volta dos partidos políticos regionais, fortalecida pela sua composição social, é um marco do reflorescimento do poder das elites regionais, que se tornaram novamente protagonistas do jogo político.
- II. Dos anos em que governou o Espírito Santo, o período de 1934 a 1937 foi o período no qual Bley esteve em maiores dificuldades, pois já não mais nutria-se do apoio do governo central para ocupar o principal cargo político do estado. Além disso, ficou vulnerável ao jogo político das elites regionais e, conseqüentemente, das ações da Assembleia Constituinte Estadual, cuja autonomia o impedia de intervir nos trabalhos legislativos.
- III – Quando houve o endurecimento político do regime, em preparação para o golpe do Estado Novo desfechado em 10 de novembro de 1937, Bley temia pela sua autoridade, no que diz respeito ao controle por ele exercido sobre o aparelho regional do Estado, apesar de ter sido nomeado o executor, no Espírito Santo, do Estado de Guerra decretado na semana anterior.
- IV. Bley permaneceu no comando da política estadual por muitos anos porque soube adaptar-se aos novos tempos e fazer com que seu grupo o acompanhasse nessa postura política. Logo, não foram incomuns trocas de aliados, materializadas em rupturas de alianças e cooptação de adversários políticos. Não foram incomuns mudanças político-administrativas por ele realizadas no tabuleiro da administração estadual.

Estão **CORRETAS**:

- a) Apenas as afirmativas I e II.
- b) Apenas as afirmativas II e III.
- c) Apenas as afirmativas III e IV.
- d) Apenas as afirmativas I e IV.
- e) As afirmativas I, II, III e IV.

**24.** Sobre a instituição do Plano Real e os desdobramentos políticoeconômicos dos governos FHC (1995-2002), julgue as afirmativas abaixo como verdadeiras (V) ou falsas (F), conforme a análise de Marly Motta:

Texto de apoio: MOTTA, Marly. A estabilização e a estabilidade: do Plano Real aos governos FHC (1993-2002). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2010: Quinta República (1985-2016)**. 1.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. (O Brasil republicano; volume 5).

- ( ) A rigidez das diretrizes liberais, tais como corte nos gastos públicos, redução das alíquotas de importação e política de câmbio flutuante, foi fundamental para o sucesso do Plano Real. Devido ao apoio de importantes caciques do PSDB, como FHC (Fernando Henrique Cardoso), Mário Covas e José Serra, às ações propostas pela equipe montada para colocar essas medidas em efetividade, o então presidente, Itamar Franco, não teve condições de opor resistência.
- ( ) O processo de privatização tinha uma função financeira – sustentar uma economia carente de investimentos e com graves problemas fiscais, via ingresso de capitais externos investidos na compra de empresas estatais – e uma ideológica – relacionada às mudanças ocorridas no cenário internacional a partir dos anos 1980, com o fim da Guerra Fria e a crise do modelo desenvolvimentista com base em um Estado intervencionista.
- ( ) A aprovação, pelo Congresso Nacional, de reformas de caráter liberal, tais como a da administração federal e a da previdência, possibilitou o sucesso do governo no trato com os parlamentares da base aliada, a qual acabou ampliada a seguir, com a entrada de políticos do PPB e do PMDB e com uma ampla reforma ministerial, por meio da criação de diversos ministérios, para acomodá-los.
- ( ) As perspectivas em relação a um segundo mandato de FHC eram robustas, o que favorecia um debate sobre o caráter dessa nova etapa de governo. Havia um grupo do PSDB que era mais ligado à tradição desenvolvimentista, pois defendia a desvalorização cambial e políticas mais intervencionistas como base de sustentação para o crescimento econômico, enquanto a equipe econômica resistia à adoção de tais medidas.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência **CORRETA**, de cima para baixo:

- a) V, V, F, V.
- b) F, V, F, F.
- c) F, V, F, V.
- d) V, F, V, F.
- e) V, F, V, V.

## 25.

*“No Brasil republicano, com a forte centralização do regime presidencialista – mesmo se de coalizão – a política externa é um campo de atuação jurídica e formalmente reservado à Presidência da República. Desde a primeira constituição republicana, manter relações com os estados estrangeiros é competência privativa do presidente da república.”*

Texto extraído de: MARTINS, Estevão de Rezende. Realismo, ambição e frustração: o Brasil e sua política internacional (1985-2015). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O tempo da Nova República**: da transição democrática à crise política de 2010: Quinta República (1985-2016). 1.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. (O Brasil republicano; volume 5).

Marque a alternativa **CORRETA** quanto à visão de Estevão Martins sobre a política externa brasileira entre 1985 e 2015.

- a) A agenda política internacional do Brasil da redemocratização tem pelo menos quatro grandes objetivos: angariar reconhecimento e apoio ao processo de renascimento político do país, alinhar o Brasil aos principais temas globais quanto à democracia e aos direitos humanos, recolocar o país no espaço regional da América do sul como protagonista de destaque e interferir em países com regimes políticos instáveis, via parceria com a ONU.
- b) O pragmatismo universalista praticado desde 1985 foi uma estratégia bem-sucedida, à medida em que rompeu com o alinhamento incondicional ao bloco capitalista liderado pelos Estados Unidos, política externa brasileira vigente durante o Regime Militar. Os governos sucessivos apreciavam a autonomia que o “desalinhamento automático” permitiu a partir de 1990: qualquer país poderia ser parceiro político, econômico e social.
- c) Com o breve período Collor (1990-1992), abriu-se um estilo na política externa – vocacionado para durar, pois foi mantido desde então pelos sucessivos governos –, nos quais os planos regional e global se articularam em torno da abertura econômica como vetor de modernização e dos valores democráticos como fonte de legitimidade e autoridade.
- d) Após 2002, o Brasil passou a adotar uma linha mais coerente de apoio ao desenvolvimento do Mercosul, apesar das dificuldades internacionais, no plano comercial, e dificuldades regionais no entendimento comercial e industrial com a Argentina. No mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, ainda que por razões de cunho ideológico, teve-se o fortalecimento de iniciativas no espaço sul-americano, com a inclusão de novos países membros.
- e) O governo Fernando Henrique teve que adotar políticas de recomposição e consolidação econômica e monetária, priorizando a União Europeia bem como os Estados Unidos, preterindo o Mercosul. Já o governo Lula da Silva dedicou-se a investir os meios do país em mudanças de prioridades, com as assim chamadas relações sul-sul, com países africanos, do Mercosul, do Oriente Próximo e Médio, com o Sudoeste Asiático.

## 26.

Texto de apoio: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O lulismo e os governos do PT: ascensão e queda. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O tempo da Nova República**: da transição democrática à crise política de 2010: Quinta República (1985-2016). 1.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. (O Brasil republicano; volume 5).

Julgue as afirmativas abaixo quanto aos governos do PT, de acordo com a análise do historiador Rodrigo Motta (2003-2015):

- I. O programa moderado do PT para as eleições de 2002 foi sacramentado na “Carta aos brasileiros”, que significava um compromisso com a estabilidade econômica e respeito aos contratos, inclusive com o capital estrangeiro. Tratava-se de uma declaração de garantia de que as dívidas do estado seriam honradas e que a propriedade seria respeitada, para tranquilidade dos capitalistas.
- II. Superada a fase inicial de ajuste ortodoxo da economia, o novo desenvolvimentismo da era Lula foi instalando-se paulatinamente, aproveitando a experiência e as tradições ainda presentes na máquina estatal. Foi abandonada a visão privatista dos governos anteriores e recuperado o papel do Estado como agente planejador econômico.
- III. A maneira heterodoxa como o governo Lula respondeu à crise econômica global de 2008 destacou-se em seu 2º mandato, especialmente porque os resultados foram positivos. Em lugar de adotar a receita liberal aplicada por muitos países no mesmo contexto, o governo brasileiro ampliou os gastos públicos e tomou medidas para estimular a atividade econômica.
- IV. No período Lula-Dilma, o Estado aprofundou as ações de reparações financeiras e de busca da verdade sobre a violência da ditadura, além de também ter sido mais ousado na abertura de acervos documentais produzidos pelas agências de repressão. No entanto, continuou-se a evitar a busca por justiça penal e a respeitar o conceito de anistia recíproca para não confrontar alguns setores que preferiam esquecer os crimes contra os direitos humanos praticados na ditadura.

Estão **CORRETAS**:

- a) Apenas as afirmativas I, II e III.
- b) Apenas as afirmativas II, III e IV.
- c) Apenas as afirmativas I, II e IV.
- d) Apenas as afirmativas I, III e IV.
- e) As afirmativas I, II, III e IV.

**27.** Marque a alternativa correta sobre a educação africana, desenvolvida a partir do século XX, conforme Piletti e Piletti:

Texto de apoio: PILETTI, Claudino; PILETTI, Nelson. **História da educação**: de Confúcio a Paulo Freire. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2021.

- a) A entrada da África no mundo contemporâneo deflagrou um processo traumatizante para a memória coletiva do seu povo, fazendo surgir, como reação a isso, um movimento de revisão cultural e de recusa ao tratamento da realidade africana como “primitiva” e “tradicional”. Conhecido como “Renascimento Cultural Africano”, passou para o terreno prático com a deflagração das lutas de independência da África, a partir de 1950.
- b) A elite que conduziu o processo de libertação da África priorizou a educação tradicional africana, de modo a fomentar o sentimento nacionalista nas respectivas regiões que habitavam, conquistando, assim, a confiança das massas. Através dos dialetos nativos, transcenderam as barreiras culturais das diversas sociedades africanas, integrando-as em função de uma só causa guiada pela máxima: A África para os africanos!
- c) O processo de libertação colonial africano, na busca para atingir um sistema de ensino capaz de preservar os valores e a cultura africana, ao mesmo tempo em que promovia a modernização de seus países independentes, em uma primeira tentativa de expansão e reforma (1960-1980), obteve sucesso no quesito reforma educacional, ampliando o número de pessoas alfabetizadas e escolarizadas.
- d) A Unesco elaborou um relatório, em 2011, pelo qual analisou 45 países da região subsaariana. Constatou-se que, entre 2000 e 2008, houve um aumento no acesso ao ensino primário, com crescimento do número de matrículas nos níveis pré-primário, secundário e universitário. Houve alcance dos maiores índices mundiais quanto à taxa de crescimento da escolarização e alfabetização, isto é, quanto à expansão da escolaridade.
- e) As afirmativas A, B, C e D estão corretas.

## 28.

*“A primeira lei a estabelecer diretrizes e bases da educação nacional, em todos os seus ramos e níveis, do pré-primário ao superior, foi a Lei n.4.024, de 20 de dezembro de 1961. Na verdade, o projeto havia chegado ao Congresso Nacional ainda em 1948, tendo sido discutido durante 13 anos.”*

Texto extraído de: PILETTI, Claudino; PILETTI, Nelson. **História da educação**: de Confúcio a Paulo Freire. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2021, p.204.

Marque a alternativa que **NÃO** caracteriza a Lei de Diretrizes e Bases de 1961:

- a) A lei estabelece que a educação nacional tem por fim, entre outros pontos, a compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do Estado, da Família e dos demais grupos que compõem a sociedade; o respeito à dignidade e às liberdades fundamentais do homem; a preservação e expansão do patrimônio cultural.
- b) Com a LDB de 1961, os currículos passaram a ser padronizados, com o estudo das mesmas disciplinas em todas as escolas do país. O currículo nacional era constituído por disciplinas obrigatórias indicadas pelo Conselho federal de Educação, estando entre elas Português, História, Geografia, Matemática, Ciências e Educação Física.
- c) A educação nacional compreenderia quatro níveis ou graus: educação pré-primária, para menores até 7 anos; ensino primário, com um mínimo de quatro séries anuais, podendo ser ampliado para até seis séries pelo sistema de ensino; ensino médio composto por dois ciclos (ginasial de 4 anos, e colegial, de 3 anos) e ensino superior.
- d) Duas grandes diferenças podem ser apontadas em relação à legislação educacional anterior: em primeiro lugar, quanto à própria elaboração, pois, diferentemente da legislação anterior, a LDB de 1961 tramitou no Congresso antes de ser aprovada e promulgada; em segundo lugar, quanto ao seu alcance, pois a lei de 1961 abrangeu todos os ramos e níveis.
- e) Ao longo dos 13 anos de tramitação da lei no Congresso Nacional, duas correntes radicalizaram suas posições: a dos defensores da escola pública, representada principalmente pelos educadores filiados ao movimento da educação nova, e a dos defensores da escola privada, ligados aos meios católicos.



**29.** A Constituição de 1988, emendas constitucionais, a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 (também chamada LDB), bem como demais leis e resoluções contribuem para configurar História da educação brasileira no contexto da Nova República. Marque a opção correta sobre as transformações da Educação Brasileira nesse período, conforme Piletti e Piletti.

Texto de apoio: PILETTI, Claudino; PILETTI, Nelson. **História da educação**: de Confúcio a Paulo Freire. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2021.

- a) O Fórum da Educação na Constituinte foi importante para os rumos dos intensos debates na Constituinte. Formado majoritariamente por entidades ligadas à Educação, ao divulgar um “Manifesto à Nação”, exigiu verbas públicas destinadas exclusivamente ao ensino público e à democratização das escolas em todos os níveis. Propostas essas incorporadas no novo texto constitucional, levando a corrente privatista à derrota.
- b) A Constituição de 1988 remete à lei complementar a formulação de um plano nacional de educação. O Primeiro deles vigorou de 2001 a 2010, alcançando a maior parte das metas estabelecidas, como a redução do analfabetismo em 33%, a ampliação das matrículas nas escolas de educação infantil, a universalização do ensino fundamental e a diminuição da evasão do ensino médio para 5% ao ano.
- c) Com a LDB de 1996, ensino técnico acabou novamente excluído do ensino médio – situação semelhante a de antes de 1961 – que se tornou exclusivamente de formação, enquanto o ensino técnico poderia ser cursado de forma concomitante ou subsequente ao Ensino Médio. Somente 8 anos depois, a separação radical entre Ensino Médio e Técnico começou a ser revertida.
- d) A educação à distância, prevista na LDB de 1996, só foi definida por decreto em 2005. Ela possibilita que estudantes e professores desenvolvam atividades educativas em atividades e tempos diversos. Pode ser oferecida no ensino médio como regra geral, na qualificação profissional, na educação de jovens e adultos, na educação especial, na educação superior e nos cursos universitários de extensão.
- e) A LDB de 1996 falhou a não tratar da pedagogia da alternância, assim denominada porque o aluno alterna o seu tempo entre a escola e a família, sendo utilizada nas escolas familiares e comunitárias do campo. Essa lacuna indevidamente preenchida agravou a situação da educação rural, ocasionando evasão escolar, questão corrigida apenas no 2º Plano nacional de Educação (2014-2024).

### 30.

*“A Unesco [Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura] foi idealizada durante as reuniões da Conferência de Ministros Aliados da Educação (CMAE), ocorridas entre 1942 e 1945, e foi oficialmente criada na cidade de Londres, em uma conferência das Nações Unidas, em 16 de novembro de 1945, tendo sua Constituição fundadora assinada pelos representantes de 3 países.”*

Texto extraído de: PILETTI, Claudino; PILETTI, Nelson. **História da educação**: de Confúcio a Paulo Freire. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2021, p.251.

Sobre a relação da Unesco com o Brasil, conforme Piletti e Piletti, assinale a alternativa que apresenta a sequência **CORRETA**, de cima para baixo:

- ( ) O Brasil é membro da Unesco desde 1946, tendo sido um dos primeiros vinte países a ratificar sua constituição. Desde 1964, pleiteia uma representação oficial da organização em seu território, uma unidade administrativa descentralizada, para elaborar estratégias, programas e atividades em maior sintonia com as diversidades nacionais.
- ( ) No Brasil, a Unesco utiliza-se de recursos tais como publicações, instrumentos normativos, avaliações, pesquisas e estatísticas para realizar diversas ações através de projetos e programas tais como Criança Esperança, Brasil Alfabetizado, programa Nacional de Educação Ambiental, gestão de Transformações Sociais, entre outros.
- ( ) Entre 1964 e 1985, a Unesco afastou-se dos governos brasileiros, pois condenou os abusos cometido durante o Regime Militar contra os direitos humanos. Após a redemocratização do Brasil, houve a retomada da cooperação entre ambos, com a celebração do Acordo Básico de Assistência Técnica, via aperfeiçoamento de pessoal técnico do Ministério da Educação.
- ( ) As elaboração do Plano Decenal Brasileiro, coordenado pela Secretaria de Ensino Fundamental do MEC, contou com o apoio direto da Unesco. O texto final, que seguiu as orientações do chamado “Compromisso Nacional de Educação para Todos”, assinado pelo MEC e pela Unesco, foi apresentado e aprovado em Nova Delhi, Índia, em 1993.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência **CORRETA**, de cima para baixo:

- a) F, V, F, V.
- b) F, V, F, F.
- c) V, V, F, V.
- d) V, F, V, F.
- e) V, F, V, V.

### 31.

*“As comparações possíveis entre os dois Impérios atlânticos das monarquias ibérica, aproximadas pelo tratado de 1750, e as reformas que sofreram ao longo do Setecentos podem constituir uma chave importante para um melhor enquadramento das marcas peculiares do caso português.*

*Os governos desses dois Império americanos compartilhavam muitas coisas [...] Mas aqui interessa, sobretudo, sublinhar os pontos de discrepância.”*

Texto extraído de: MONTEIRO, Nuno. As reformas na monarquia pluricontinental portuguesa: de Pombal a dom Rodrigo de Sousa Coutinho. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **O Brasil Colonial**, volume 3 (ca.1720-ca.1821). 1.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. (Parte I – O mundo português em transformação: o logo século XVIII e Parte II - Transformações na economia e na sociedade), p.118.

Nuno Monteiro, para construir o argumento do capítulo, realiza uma comparação entre a monarquias pluricontinentais portuguesa e espanhola. Marque a opção que trata de forma **CORRETA** essas diferenças – e/ou semelhanças – na concepção do autor:

- a) A administração portuguesa na colônia era caracterizada por uma divisão, não só espacial, mas também setorial, em instâncias múltiplas, as quais mantinham todas canais de comunicação política com Lisboa, o que fazia de Portugal uma monarquia compósita, tal qual a Espanha, cuja pluralidade administrativa comportava a existência de múltiplos poderes regionais.
- b) Na América Portuguesa, os oficiais americanos no exército de veteranos já eram de quase 45%, chegando a 70% em 1810, após a vinda da família real. Valores muito superiores aos da América Espanhola, devido ao aprofundamento ali da política deliberada de afastamento dos crioulos do governo. Já o papel das forças de milícia, de base sempre local, era similar em ambos os casos.
- c) Para a quase totalidade dos contemporâneos residentes na América Espanhola e na América Portuguesa, começa-se a esboçar uma fratura geral entre elite local e peninsulares, ainda que por razões distintas, a partir do último quarto do século XVIII. No primeiro caso, devido ao tom “anticrioulo” das reformas borbônicas de Galvez, e no segundo, a partir de políticas que ampliaram o controle fiscal metropolitano.
- d) A partir de 1765, diversas medidas foram tomadas abolindo o monopólio de Cádiz e o sistema de frotas, abrindo-se a todos os navios espanhóis o comércio entre os portos da Península e os da América, alterando drasticamente os parâmetros do comércio colonial. Já as medidas portuguesas agiram em sentido inverso, fortalecendo o exclusivo colonial, entre outras formas, por meio da criação de companhias comerciais monopolistas.
- e) As reformas do rei José I traduziram-se num aumento de carga tributária sobre o Império, o que, pelo contrário, não é de todo evidente durante o reinado de Carlos III. Por fim, as reformas portuguesas suscitaram diversas ondas de rebelião, algumas de grandes dimensões. Nada semelhante teve lugar na Espanha. Em síntese, Pombal e Galvez tiveram atuações no essencial divergentes.

**32.** Marque a alternativa **CORRETA** que trata das transformações econômicas e sociais do Estado do Brasil no século XVIII analisadas por Sampaio:

Texto de apoio: SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. A curva do tempo: as transformações na economia e na sociedade do Estado do Brasil no século XVIII. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **O Brasil Colonial**, volume 3 (ca.1720-ca.1821). 1.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. (Parte I – O mundo português em transformação: o logo século XVIII e Parte II - Transformações na economia e na sociedade).

- a) A produção aurífera representou a ampliação da submissão da América portuguesa em relação ao reino português. Do ponto de vista colonial, o ouro era moeda, mas era também uma mercadoria produzida internamente, e esse duplo significado impedia, devido às políticas de controle metropolitanas implementadas ao longo do século XVII e XVIII, a livre circulação desse produto, via relações mercantis internas.
- b) As enormes quantidades de ouro brasileiro desembarcado em Portugal no século XVIII, em que pese a evidente decadência da segunda metade do século, representaram para o reino português o acesso a recursos suficientes para garantir uma expansão mercantil sem correspondente expansão produtiva, ou seja, reforçar o caráter de entreposto do reino em relação à sua principal conquista.
- c) O ouro fazia sua estreia na cesta de moedas utilizadas nas suas relações com a Europa pelos comerciantes sediados na América portuguesa a partir de 1703. Tal como a cana-de-açúcar nos séculos anteriores, ele serviu para fortalecer a integração desse território com Portugal, compondo um eixo mercantil fundamental. Já a África manteve-se fora do circuito, fornecendo cativos em troca de aguardente e fumo.
- d) Não só por conta da produção de artigos para exportação, como o açúcar, como também pelo próprio caráter escravista da produção, incapaz de gerar mercado consumidor pujante, o comércio, até meados do século XVIII era uma atividade secundária. É o surgimento de uma elite mercantil que eleva em sua importância, ao romper regiões internas isoladas e recrudescer o comércio colonial transatlântico.
- e) O período colonial tardio (*grosso modo*, o último quartel do século XVIII e a primeira década do seguinte) marca a recuperação econômica do império português, devido à emergência de uma camada social mercantil, que estava ainda por consolidar formas de acumulação vinculadas à hegemonia desse grupo, tais como o controle direto sobre o tráfico de escravos, através da criação de companhias especializadas no ramo.

### 33.

*“O dito príncipe, para poder conservar Portugal, necessita totalmente das riquezas do Brasil, e de nenhuma maneira das de Portugal, que não tem, para sustentar o Brasil de que se segue, que é mais cômodo e mais seguro estar onde se tem o que sobeja, que onde se espera o de que se carece”.*

Texto extraído de: CUNHA, Luís da. **Instruções políticas**. Lisboa: Abílio Diniz Silva (ed.), 2001, p.366-367 apud PEDREIRA, Jorge. A economia política do sistema colonial. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **O Brasil Colonial**, volume 3 (ca.1720-ca.1821). 1.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. (Parte I – O mundo português em transformação: o logó século XVIII e Parte II - Transformações na economia e na sociedade), p.420.

Dom Luís da Cunha, na passagem acima, instruiu o rei, reforçando a crença de ser o Brasil uma “vaca leiteira de Portugal”. Essa crença iria nortear as relações da metrópole com a parte dita mais rica do Império, isto é, a economia política do sistema colonial. Sobre esse assunto, julgue as afirmativas abaixo conforme análise de Cunha:

- I. O governo do futuro marquês de Pombal não seguiu um programa definido, respondendo aos problemas circunstanciais à medida que iam surgindo, de modo articulado a seus ministros de confiança. Essa articulação, mais pragmática do que teórica, ajudou a formar a sua percepção dos problemas da sociedade portuguesa, assim como as suas perspectivas sobre os propósitos e as responsabilidades do governo.
- II. A criação da Junta do Comércio possibilitou aos homens de negócio possuírem uma instituição representativa própria, uma corporação que consagrava o reconhecimento a nível institucional, abolindo a diferenciação entre os comerciantes de negócios dos comerciantes de retalho ou de loja, ainda que não os estabelecessem como corpo social privilegiado, devido, em grande parte, à pressão da nobreza de Corte sobre o rei.
- III. As companhias monopolistas constituíram um instrumento para a promoção do comércio e da agricultura nas regiões menos dinâmicas do Brasil e para manter o controle dos nacionais sobre essas atividades, mas nunca contribuíram diretamente para as finanças do Estado, pelo contrário, os seus amplos privilégios poderão ter retirado recursos da Coroa.
- IV. Pombal não seguia os preceitos mercantilistas de uma forma dogmática. Embora estivesse empenhado em restituir o monopólio do comércio colonial aos negociantes portugueses, não obstava ao desenvolvimento, nas margens do sistema, do comércio direto entre as próprias colônias. O pacto colonial não constituía um objetivo da política pombalina.

Estão **CORRETAS**:

- a) Apenas as afirmativas I e II.
- b) Apenas as afirmativas II e III.
- c) Apenas as afirmativas III e IV.
- d) Apenas as afirmativas I e IV.
- e) As afirmativas I, II, III e IV.

### 34.

*“[...] as citações dos profetas incluídas nos evangelhos abriram uma gama de possibilidades icônicas de todo imprevisíveis”.*

Texto extraído de: GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira**: nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 116.

No capítulo *Ecce*, da mencionada obra, o historiador italiano propõe-se a contatar as análises sobre o Novo Testamento e a iconografia cristã. Sobre essa proposta analítica e suas conclusões, é **CORRETO** afirmar:

- a) As narrações sobre Jesus nos evangelhos têm como base as citações de profetas da tradição judaica, o que é indício de que, em seu início, o cristianismo não sofreu influência da cultura grega.
- b) Logo nos primeiros anos do cristianismo, fizeram-se presentes representações imagéticas (esculturas e gravuras) de passagens da bíblia e da vida de santos.
- c) As resistências do clero, nos primeiros séculos do cristianismo, em representar Cristo e passagens da bíblia em imagens (gravuras e esculturas), indicam a influência da cultura grega na tradição cristã.
- d) Nos séculos V e VI, a iconografia cristã foi marcada por imagens cultuais com conteúdo narrativo escasso ou inexistente.
- e) A iconografia cristã na antiguidade foi marcada por uma ruptura em relação à tradição profética judaica, por conta da influência da cultura grega sobre o cristianismo.

### 35.

*“O fascismo teve tão pouco a ver com a Primeira Guerra Mundial como com o Tratado de Versalhes, [...] como com o temperamento italiano. O movimento surgiu em países derrotados, como a Bulgária, e em países vitoriosos, como a Iugoslávia; [...] não houve qualquer tipo de formação – de tradição religiosa, cultural ou nacional – que tornasse um país imune ao fascismo [...]”.*

Texto extraído de: POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época; tradução: Fanny Wrobel. 2ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000, p. 277).

De acordo com as análises de Polanyi, é **CORRETO** afirmar sobre o fascismo:

- a) Objetivando o cortejo das massas, o fascismo tinha sua força potencial reconhecida no número de adeptos e não na presença em postos de relevância.
- b) Entre os indícios de um país que se avizinhava da fase fascista podem ser citados a difusão de filosofias irracionais, estéticas raciais, demagogia pró-capitalista e crítica ao sistema partidário.
- c) As lideranças fascistas não chegaram ao poder por processos revolucionários, mas por rebeliões simuladas arranjadas com a aprovação informal das autoridades que fingiam ter sido superadas pela força.
- d) A ascensão fascista foi um processo eminentemente político, não tendo relação, portanto, com as oscilações das economias de mercado.
- e) As lideranças fascistas chegaram ao poder por processos revolucionários em oposição às autoridades constituídas.

### 36.

*“Retornando à história russa de um quarto de século, parece que aquilo que chamamos Revolução Russa consistiu realmente em duas revoluções separadas.”*

Texto extraído de: POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época; tradução: Fanny Wrobel. 2ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000, p. 287.

Sobre o processo revolucionário russo na primeira metade do século XX, conforme análise de Polanyi, é **CORRETO** afirmar:

- a) A primeira etapa do processo revolucionário russo (1917 a 1924) seguiu o padrão da Revolução Francesa, ou seja, foi marcada pela incorporação de ideais europeus ocidentais tradicionais.
- b) A segunda etapa do processo revolucionário russo - iniciada na década de 1930 - teve como uma de suas principais características a mercantilização da terra, eliminando, assim, os últimos resquícios do feudalismo russo.
- c) A primeira etapa do processo revolucionário russo (1917 a 1924) foi marcada pela destruição do absolutismo, abolição do domínio feudal, coletivização das terras e extinção da opressão racial.
- d) O estabelecimento do socialismo (marcado pela estatização da economia) na segunda etapa da revolução russa - iniciada na década de 1930 - foi dissociado do contexto mercadológico mundial de então.
- e) O estabelecimento do socialismo na segunda etapa da revolução russa - iniciada na década de 1930 – esteve associado à grande exportação agrícola da União Soviética, que permitiu ao país importar maquinário, favorecendo, assim, a indústria nacional.

### 37.

*“O mercantilismo destruiu o particularismo desgastado do comércio local [...] abrindo caminho para um comércio nacional”.*

Texto extraído de: POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época; tradução: Fanny Wrobel. 2ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000, p. 86.

Sobre a implementação do sistema mercantil na era moderna, conforme análise de Polanyi, é **CORRETO** afirmar:

- a) O fortalecimento de Estados centralizados na Europa moderna foi um processo eminentemente político, não tendo relação com a Revolução Comercial.
- b) Na Europa Ocidental, o comércio interno (ou nacional) foi fruto do desenvolvimento do comércio de longa distância.
- c) Na Europa Ocidental, o comércio interno (ou nacional) foi fruto do desenvolvimento do comércio local.
- d) A intervenção das cidades e dos burgueses foi fundamental para a derrubada dos obstáculos possíveis à formação dos mercados nacionais.
- e) A ação do Estado foi fundamental para destruir o particularismo dos comércios local e intermunicipal, abrindo caminho para um mercado nacional.

### 38.

*“O movimento cartista apelava para um conjunto de impulsos tão diferentes que sua emergência quase poderia ser predita após o fracasso do owenismo e de suas iniciativas prematuras. Ele foi um esforço puramente político que tentou ganhar influência no governo através de canais constitucionais.”*

Texto extraído de: POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época; tradução: Fanny Wrobel. 2ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000, p. 208.

Sobre o movimento cartista, conforme análises de Polanyi, é **CORRETO** afirmar:

- a) O movimento cartista teve como contexto a Revolução Industrial Inglesa. No ano de 1730, os cartistas apresentaram os “Seis Pontos da Carta Magna” que exigiam o sufrágio popular.
- b) Apesar de sua peculiaridade (um movimento de trabalhadores), o cartismo seguia a linha tradicional do movimento de reforma que garantiu o voto às classes médias.
- c) O movimento cartista constituiu-se em forte indício de que a Inglaterra esteve dissociada dos tempos revolucionários inaugurados pela Revolução Francesa (1789) e que se estenderam para a Europa da primeira metade do século XIX.
- d) O cartismo foi o maior esforço político na Inglaterra para fazer desse país uma democracia popular, tendo o movimento, inclusive, o apoio das classes médias.
- e) A piora das condições de vida material na sociedade capitalista inglesa de meados do oitocentos contribuiu para o fortalecimento do movimento cartista.

### 39.

*“Se decorreu um espaço de tempo de cerca de meio século entre a industrialização da Grã-Bretanha e a do continente [europeu], transcorreu um espaço ainda maior a organização da unidade nacional. A Itália e a Alemanha só chegaram ao estágio da unificação durante a segunda metade do século XIX, unificação essa que a Inglaterra já alcançara séculos antes [...]. As classes trabalhadoras desempenharam um papel vital nesse processo de construção do Estado [na Europa Continental], o que fortaleceu ainda mais a sua experiência política.”*

Texto extraído de: POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época; tradução: Fanny Wrobel. 2ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000, p. 211.

Sobre as relações entre a classe trabalhadora e a consolidação dos Estados Europeus, conforme análise de Polanyi, é **CORRETO** afirmar:

- a) Ao não incluir uma legislação social, a unificação alemã diferenciou-se do processo de centralização do Estado que acontecia no resto do continente europeu.
- b) Ao dispensar o apoio das classes trabalhadoras, a centralização política do Império Austro-Húngaro diferenciou-se do processo de fortalecimento do Estado que acontecia no resto do continente europeu.
- c) Como na Inglaterra, a industrialização da Europa Continental teve como uma de suas principais consequências o depauperamento das condições de vida dos trabalhadores.



- d) Na Europa continental, a associação entre a aristocracia e a burguesia (inclusive por uniões matrimoniais) fez com que a classe trabalhadora não participasse das lutas burguesas contra o feudalismo e das conquistas de direitos.
- e) O trabalhador da Europa continental ascendeu de servo feudal para a condição de operário e, depois, para o de operário sindicalizado com participação política, escapando da catástrofe social que acompanhou a Revolução Industrial inglesa.

## 40.

*“A unificação política dos Estados alemães, a elevação do rei da Prússia a imperador [...], e a promoção de Berlim [...] a capital do Kaiserreich [...] deram um forte impulso à formação de uma classe alta alemã mais uniforme.”*

Texto extraído de: ELIAS, Norbert. Civilização e informalização (parte I). In: \_\_\_\_\_. **Os alemães**: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX; tradução: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p. 60.

Sobre o processo de unificação política que originou a Alemanha e as relações entre diferentes grupos sociais nesse contexto, conforme análise de ELIAS, é **CORRETO** afirmar:

- a) A causa da unificação da Alemanha foi abraçada pelos burgueses urbanos que viam no processo um passo para o fim do domínio da aristocracia no caminho da democratização.
- b) Até as Guerras Napoleônicas, as culturas da burguesia urbana e da corte alemã misturaram-se consideravelmente, como resultado da integração entre esses dois grupos sociais.
- c) Depois de 1871, houve uma separação na Alemanha entre a burguesia e a nobreza; e uma correspondente dissociação entre o código de comportamento burguês e os valores do código aristocrático.
- d) Ao tornar-se mais geral e acelerada a partir de 1871, a industrialização na Alemanha fortaleceu a supremacia dos tradicionais estratos privilegiados que se agrupavam em torno do kaiser na corte.
- e) Depois de 1871, grandes parcelas da burguesia adotaram o código de honra da classe alta, caracterizado por colocar em primeiro plano as realizações culturais, sobretudo nas áreas da literatura, filosofia e ciência.

## 41.

*“[...] o monopólio constitui-se no elemento que une as duas faces da moeda colonial, assim como lhe confere o valor. De um lado, a ‘cara’, ou a face metropolitana, apresentando-se por meio do Reino ou do Estado Moderno: de outro, a ‘coroa’ ou a face colonial, na forma de Região, face geralmente oculta, impossível de ser pensada isoladamente da primeira, mas guardando também existência própria [...]. [...] o colono está obrigado ao cumprimento do monopólio [...]; o colonizador [...] está obrigado a resguardar o monopólio do proprietário [...]. As relações entre colonos e colonizados, por sua vez, pressupunham também o monopólio dos homens e da violência.”*

Texto extraído de: MATTOS, Ilmar Rohloff. **O tempo Saquarema**. São Paulo: Hucitec, 2004, pp. 32, 37, 38, 40).

Sobre os contextos e sujeitos envolvidos na relação entre Brasil e Portugal, na era colonial, conforme análise de Ilmar Mattos, é **CORRETO** afirmar:

- a) Do lado português, ocorria o fortalecimento do Estado absolutista, marcado por uma evidente dissociação entre os elementos da administração estatal (burocracia) e as atividades comerciais.
- b) Os colonos eram produto da produção colonial. São os excluídos da colônia: escravizados, livres pobres e indígenas.
- c) O colono era o proprietário colonial, proprietário de mão-de-obra, terras e meios de trabalho.
- d) Os colonizados eram produto da produção colonial. Eram os proprietários de mão-de-obra, terras e meios de trabalho.
- e) Os colonos eram os livres pobres: indivíduos donos de suas pessoas, mas que não possuíam terras. Viviam à margem da produção mercantil das grandes propriedades.

## 42.

*“Pelo porto do Rio de Janeiro, quantidades crescentes de sacas de [...] café seguiam para o consumo no estrangeiro. No decênio de 1821-1830, 3.178.000 sacas foram exportadas [...]; no decênio seguinte, o número de sacas exportadas triplicou [...]. Prosseguindo sua trajetória ascendente, as exportações de café alcançariam cerca de 54% das exportações do Império em 1854 – 1855.”*

Texto extraído de: MATTOS, Ilmar Rohloff. **O tempo Saquarema**. São Paulo: Hucitec, 2004, p. 72.

Sobre a economia cafeeira no período imperial brasileiro, conforme análise de Ilmar Mattos, é **CORRETO** afirmar:

- a) A província de Minas Gerais destacava-se na produção cafeeira por ser uma das que tinham proporcionalmente maior área ocupada por cafezais.
- b) Minas Gerais se destacava por ser a província a ter - proporcionalmente- maior área ocupada por cafezais e maior concentração de escravizados, permitindo a conclusão de que, na

província mineira, a expansão cafeeira ampliava os limites da região de agricultura mercantil-escravista.

- c) No oitocentos, a produção cafeeira brasileira alcançou o monopólio virtual do mercado mundial de café de alta qualidade.
- d) Prosseguindo sua trajetória ascendente, as exportações de café alcançariam cerca de 54% das exportações do Império em 1854 – 1855. Nesse total, a participação mais expressiva era a da província de São Paulo.
- e) O momento da expansão cafeeira foi também o momento de intensas lutas e conflitos, geradores de profunda intranquilidade para os setores dominantes da sociedade brasileira.

### 43.

*“[...] os depoimentos de Luzias e Saquaremas [...] nos mostram [...] a distinção que ambos estabeleciam entre os movimentos levados a efeito pela ‘flor da sociedade brasileira’ [...] e os demais, da ‘escória da população [...]’.”*

Texto extraído de: MATTOS, Ilmar Rohloff. **O tempo Saquarema**. São Paulo: Hucitec, 2004, p. 124.

Sobre as relações e os conflitos sócio-políticos no Império brasileiro, tendo como perspectiva a análise de Ilmar Mattos, é **CORRETO** afirmar:

- a) Entre os movimentos da “escória da população”, nas perspectivas dos Luzias e Saquaremas, estava o dos farrapos no Rio Grande do Sul.
- b) As pessoas livres e pobres, predominantemente mestiços e negros (como os “agregados”, aqueles que conseguiam um lote de terra por favor do grande proprietário), estavam fora do “mundo do governo” e pertenciam ao “mundo do trabalho”.
- c) A “flor da sociedade brasileira” compreendia a nação - saída do processo de independência da América portuguesa – dividida entre povo (governantes e grandes proprietários) e plebe (livres pobres e escravizados).
- d) Os Fundadores e consolidadores do Império do Brasil entendiam a sociedade brasileira dividida nos mundos do governo, da desordem e do trabalho.
- e) Os fundadores e consolidadores do Império do Brasil entendiam que a sociedade brasileira não poderia ser regida pelo povo, mas, sim, pela sociedade política (ou seja, a “boa sociedade”).

#### 44.

*“[...] esta ampliação do conjunto de agentes administrativos [...] permite que também percebamos de modo diverso o papel dessas instituições que, habitualmente, são entendidas como meramente ligadas às tarefas de repressão. Tomemos o exemplo da Guarda Nacional [...]”*

Texto extraído de: MATTOS, Ilmar Rohloff. **O tempo Saquarema**. São Paulo: Hucitec, 2004, p. 226.

Sobre a Guarda Nacional, de acordo com a análise de Ilmar Mattos, é **CORRETO** afirmar:

- a) Em 1850, a Guarda Nacional passou por uma reforma administrativa que estabeleceu a eleição dos oficiais.
- b) Em 1850, uma reforma administrativa estabeleceu que caberia ao ministro da justiça e aos presidentes de província a nomeação de oficiais da Guarda Nacional.
- c) Até 1850, como reflexo da ação descentralizadora do Ato Adicional, a Guarda Nacional tinha seus oficiais nomeados pelos presidentes de província.
- d) Até 1850, como reflexo da ação descentralizadora do Ato Adicional, a Guarda Nacional tinha seus oficiais nomeados pelos prefeitos municipais.
- e) Até 1850, como reflexo da ação descentralizadora do Ato Adicional, a Guarda Nacional tinha seus oficiais nomeados pelos presidentes das Assembleias Legislativas Provinciais.

#### 45.

*“[...] a ação política [...] desenvolvida pelos saquaremas, a busca de uma restauração dos quadros de uma defensividade ganhou, quase sempre, a formulação da garantia da soberania nacional. Sem embargo, os saquaremas não apenas impuseram a questão da soberania nacional e sobrepuseram a questão da escravidão à questão nativista. No momento da consolidação do Estado imperial, eles articularam a soberania nacional à questão da escravidão [...]”*

Texto extraído de: MATTOS, Ilmar Rohloff. **O tempo Saquarema**. São Paulo: Hucitec, 2004, p. 233.

Sobre a escravidão no período imperial brasileiro e suas dinâmicas sociais, políticas e econômicas, de acordo com a análise de Ilmar Mattos, é **CORRETO** afirmar:

- a) No período imperial, Minas Gerais tinha –proporcionalmente – uma pequena área ocupada por cafezais e continha – simultaneamente – a maior população escrava entre as províncias brasileiras.
- b) Os lucros obtidos pelos negócios cafeeiros faziam da província de São Paulo o principal centro de convergência do mercado interno de escravos em meados do século XIX.
- c) Por conta das constantes revoltas e rebeliões de cativos no século XIX, esses indivíduos eram os principais componentes do mundo da desordem na sociedade imperial brasileira.
- d) No período imperial, São Paulo continha a maior população escrava entre as províncias brasileiras.
- e) No período imperial, o Rio de Janeiro continha a maior população escrava entre as províncias brasileiras.

## 46.

*“A colonização foi um empreendimento do governo colonial aliado a particulares.”*

Texto extraído de: CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 6ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 18.

Sobre o período colonial brasileiro, conforme análise de José Murilo de Carvalho, é **CORRETO** afirmar:

- a) A atividade que melhor se prestou à finalidade lucrativa da colonização foi a produção açucareira, que demandava pequenos capitais e muita mão de obra.
- b) A mineração exigia pequenos capitais e mais mão de obra do que a atividade açucareira.
- c) A criação de gado usava menos mão de obra escrava e colocava os indivíduos em maior contato com a administração e instâncias políticas coloniais.
- d) A revolta dos alfaiates distinguiu-se das revoltas anteriores de escravos por não buscar a fuga para quilombos distantes.
- e) A revolta em Pernambuco em 1817 é indício do nascimento de um sentido de nacionalidade que se concretizou na independência do Brasil em 1822.

## 47.

*“[...] se o povo não era um eleitor ideal e nem sempre teve papel central nos grandes acontecimentos, como a Proclamação da Independência e da República, ele achava com frequência outras maneiras de se manifestar.”*

Texto extraído de: CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 6ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 67.

Sobre essas “outras maneiras” de manifestação política popular brasileira, de acordo com as análises de José Murilo de Carvalho, é **CORRETO** afirmar:

- a) Nas áreas urbanas aconteceram as revoltas populares regenciais mais importantes, como a cabanagem e a Balaiada.
- b) No primeiro reinado, as manifestações populares eram reações às reformas introduzidas pelo governo.
- c) No período regencial, as manifestações populares eram reações às reformas introduzidas pelo governo – como o Ato Adicional de 1834.
- d) No segundo reinado - época da consolidação do império brasileiro -, as revoltas populares beneficiavam-se de conflitos entre facções da classe dominante.
- e) As revoltas populares que se deram a partir do início do Segundo Reinado eram reações às medidas racionalizadoras ou secularizadoras do governo.

## 48.

*“Após a constitucionalização do país, a luta política recrudescceu. Formaram-se dois grandes movimentos políticos, um à esquerda, outro à direita. O primeiro chamou-se Aliança Nacional Libertadora (ANL) [...]. O outro foi a Ação Integralista Brasileira (AIB), de orientação fascista [...].”*

Texto extraído de: CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 6ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 102.

Sobre esses dois movimentos políticos mencionados, conforme análise de José Murilo de Carvalho, é **CORRETO** afirmar:

- a) Apesar das diferenças ideológicas, ANL e AIB assemelhavam-se em vários pontos, como a defesa do Estado forte e intervencionista e o combate ao localismo. Diferenciavam-se, todavia, em sua base social: enquanto a ANL era mobilizadora de amplos setores populares, a AIB não conseguia mobilizar setores para além da classe média.
- b) Apesar das diferenças ideológicas, ANL e AIB assemelhavam-se em vários pontos, como a defesa do Estado forte e intervencionista e o combate ao localismo. Diferenciavam-se, todavia, em sua base social: enquanto a AIB era mobilizadora de amplos setores populares, a ANL não conseguia mobilizar setores para além da classe média.
- c) Apesar das diferenças ideológicas, ANL e AIB granjeavam apoios entre os militares, classe média e amplos setores da população.
- d) As diferenças entre ANL e AIB eram ideológicas e relativas ao alcance social. Enquanto a ANL não conseguia apoio entre os militares, a AIB granjeava simpatizantes na Marinha e Exército.
- e) Enquanto a ANL voltava-se ao socialismo e para a democracia representativa, a AIB tinha inspiração fascista e autoritária.

## 49.

*“Ao mesmo tempo em que cerceavam os direitos políticos e civis, os governos militares investiam na expansão dos direitos sociais.”*

Texto extraído de: CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 6ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 170.

Em relação aos direitos sociais no Brasil no período ditatorial (1964 – 1985), conforme análise de José Murilo de Carvalho, é correto afirmar:

- a) Fez parte da expansão dos direitos sociais no período militar a unificação e universalização da previdência com a criação do Instituto Nacional de Previdência Social, que contemplava trabalhadores da iniciativa privada e funcionários públicos.
- b) Entre as mudanças sociais da era militar esteve o estabelecimento do Instituto Nacional de Previdência Social como responsável pelo seguro de acidentes de trabalho, antes sob administração de empresas privadas.
- c) Apesar da unificação e universalização da previdência, com a criação do Instituto Nacional de Previdência Social na era militar, nesse período os trabalhadores rurais ainda continuaram excluídos do sistema previdenciário.

- d) Os recursos para o Fundo de Assistência Rural vinham de impostos cobrados sobre produtos industriais (IPI) e sobre as folhas de pagamento de empresas rurais.
- e) Fez parte da expansão dos direitos sociais no período militar a unificação e universalização da previdência. Um exemplo disso foi a submissão do financiamento e administração do Fundo de Assistência Rural ao Instituto Nacional de Previdência Social.

## 50.

*“A Nova República começou em clima de otimismo, embalada pelo entusiasmo das grandes demonstrações cívicas em favor das eleições diretas. O otimismo prosseguiu na eleição de 1986 para formar a Assembleia Nacional Constituinte, a quarta da República. A Constituinte trabalhou mais de um ano na redação da Constituição, fazendo amplas consultas a especialistas e setores organizados e representativos da sociedade.”*

Texto extraído de: CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 6ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 200.

Sobre o período da Nova República brasileira, conforme análise de José Murilo de Carvalho, é **CORRETO** afirmar:

- a) A Constituição de 1988 tornou o voto universalmente obrigatório, inclusive para os analfabetos.
- b) A popularidade de Fernando Collor refletiu-se nos votos recebidos por seu partido, um dos que conquistaram mais vagas na Câmara dos Deputados.
- c) A Constituição de 1988 inovou criando o *habeas data*, por meio do qual qualquer pessoa pode exigir do governo acesso às informações sobre ela nos registros públicos, com exceção daquelas de caráter confidencial.
- d) A Constituição de 1988 criou o mandato de injunção, por meio do qual é possível recorrer à justiça para exigir o cumprimento de dispositivos constitucionais ainda não regulamentados.
- e) A Constituição de 1988 ordenou o pagamento de pensão para os maiores de 65 anos desde que tenham contribuído com pelo menos 11% do salário-mínimo.







## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

REITORIA

Avenida Rio Branco, 50 – Santa Lúcia – 29056-255 – Vitória – ES

27 3357-7500

# CONCURSO PÚBLICO

Edital nº 01/2024

## Folha de Resposta

(Rascunho)

Questão	Resposta	Questão	Resposta	Questão	Resposta	Questão	Resposta	Questão	Resposta
01		11		21		31		41	
02		12		22		32		42	
03		13		23		33		43	
04		14		24		34		44	
05		15		25		35		45	
06		16		26		36		46	
07		17		27		37		47	
08		18		28		38		48	
09		19		29		39		49	
10		20		30		40		50	



**INSTITUTO FEDERAL**  
Espírito Santo